

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

THIAGO RENARD MEDEIROS

PROPOSTA PARA AGILIZAR O ACESSO DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE
ENSINO DE QUATRO BARRAS AO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO

CURITIBA
2013

THIAGO RENARD MEDEIROS

PROPOSTA PARA AGILIZAR O ACESSO DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE
ENSINO DE QUATRO BARRAS AO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO

Projeto Técnico apresentado ao Departamento de Administração Geral e Aplicada do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública

Orientador: Prof. Cleverson R. Cunha

CURITIBA
2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela força, saúde e sabedoria que tem me proporcionado frente às bênçãos que se fazem presentes em minha vida. Agradeço a meus pais e a minha esposa, pois me apoiaram todos os dias em que tive que passar horas elaborando pesquisas e estudos, não estando presente e desfrutando de muitos momentos especiais.

RESUMO

O processo de inclusão nas salas de aula de ensino regular e atendimento de alunos que necessitam de atendimento educacional especializado têm sido visualizados como um processo de constantes mudanças e aperfeiçoamentos, sendo estes debatidos em muitos meios, exigem que o Estado e a sociedade busquem mecanismos de atendimento das demandas conforme a necessidade é levantada.

Em resposta ao processo de atendimento educacional especializado de alunos com deficiência intelectual, psicomotoras e transtornos de diversas naturezas, dentro das escolas de ensino regular, há a implantação da Sala de Recursos Multifuncionais – Tipo I (SRM – Tipo I). Onde para o ingresso de alunos ao atendimento prestado por esta, se faz necessário a execução de processos burocráticos que tem como objetivo fundamentar as ações e possibilitar o controle e a eficiência no atendimento. A elaboração de avaliações atreladas a este, bem como os relatórios e procedimentos que visam a elaboração do laudo técnico da deficiência apresentada pelo aluno e o direcionamento educacional adequado, tem demonstrado fatores influenciadores no tempo de execução processual entre a identificação das necessidades em sala de aula e o início do atendimento na SRM – Tipo I.

Contudo, ao analisar o processo no município de Quatro Barras, região metropolitana de Curitiba, podem-se destacar interferências que de modo direcionado influenciam no tempo de atendimento dos alunos das instituições públicas de ensino, tempo esse superior a doze meses, e como consequência há uma demanda de alunos que necessitam ser atendidos na SRM – Tipo I e que estão aguardando ser avaliados.

O presente estudo por meio do levantamento de todo o processo burocrático, mensura do tempo de cada etapa correspondente e dos problemas existentes nas instituições, busca a formulação de uma proposta que visa agilizar o processo de ingresso do aluno no atendimento educacional especializado e a diminuição do tempo total de todo o período avaliativo, visto que ao proporcionar

maior rapidez processual entre a identificação da necessidade por atendimento especializado e o acesso à Sala de Recursos Multifuncionais, os alunos poderão desfrutar de um período maior de acompanhamento e auxílio de sua formação cultural e educacional. Resultando em melhora no desempenho de aprendizagem, menores índices de reprovação, melhoria do ambiente de sala de aula do ensino regular e tratamento do processo de inclusão do aluno no ambiente social e escolar.

Ao analisar as variáveis que interferem no desempenho processual e no tempo de execução, houve o destaque para situações que ao serem tratadas e aperfeiçoadas por meio de implantação de um documento que auxilie no acompanhamento das avaliações dentro das instituições de ensino, treinamento profissional e descentralização institucional da avaliação psicoeducacional complementar, há a possibilidade de redução considerável no tempo observado para a execução do processo. Oferecendo informações para o desenvolvimento futuro de estudos e ações institucionais, de gestão e mudanças processuais que auxiliem na evolução do processo avaliativo e de inclusão dos alunos com necessidades especiais.

Atendimento Educacional Especializado – Processo Burocrático - Sala de Recursos Multifuncionais – Tipo I

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - INSTRUÇÃO Nº 016/2011 – SEED/SUED.....	53
ANEXO B - ENTREVISTA COM OS PAIS OU RESPONSÁVEIS.....	63
ANEXO C - IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS	69
ANEXO D- FICHA DE INTERESSE SOCIAL.....	74
ANEXO E - SUGESTÕES DE ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS DO ALUNO	76
ANEXO F - OBSERVAÇÃO DO MATERIAL ESCOLAR	78
ANEXO G - ÁREAS DO DESENVOLVIMENTO	81
ANEXO H - ESCALA OPTOMÉTRICA DECIMAL DE SNELLEN - (“E” MÁGICO)	83
ANEXO I - DISCRIMINAÇÃO AUDITIVA.....	86
ANEXO J - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO PSICOEDUCACIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR.....	88
ANEXO K - SUGESTÃO DE ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS EM RELAÇÃO AO PROFESSOR EM SALA DE AULA.....	91

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - MUDANÇA DE METODOLOGIA	26
FIGURA 2 - PROCESSO DE LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES - SETOR PEDAGÓGICO	30
FIGURA 3 - PROCESSO AVALIATIVO – CEAOP	32
FIGURA 4 - PROCESSO CORRESPONDENTE AO NRE	35

LISTA DE SIGLAS

Centro de Atenção Psicossocial	CAPS
Centro de Avaliação e Orientação Pedagógica.....	CEAOP
Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional	DEEIN
Diário Oficial do Distrito Federal	DODF
Distúrbio do Processamento Auditivo Central	DPAC
Núcleo Regional de Educação	NRE
Plano de Aceleração do Crescimento	PAC
Plano de Desenvolvimento da Educação	PDE
Sala de Recursos Multifuncionais – Tipo I	SRM – TIPO I
Secretaria de Estado da Educação	SEED
Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade	TDAH
Transtornos Funcionais Específicos	TFE
Transtorno Global no Desenvolvimento	TGD

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - TEMPO PROCESSUAL.....	37
----------------------------------	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	APRESENTAÇÃO/PROBLEMÁTICA	11
1.2	OBJETIVO GERAL DO TRABALHO	13
1.3	JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO.....	14
2	REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA	16
2.1	A INCLUSÃO NAS ESCOLAS	16
2.2	A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS – TIPO I.....	20
3	METODOLOGIA	22
4	A ORGANIZAÇÃO	22
4.1	DESCRIÇÃO GERAL:.....	23
4.2	DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA	24
4.3	PROCESSO BUROCRÁTICO	24
4.4	A AVALIAÇÃO DO ALUNO.....	31
4.5	TEMPO CORRESPONDENTES AOS PROCESSOS E AS AVALIAÇÕES	34
4.6	VARIÁVEIS AGRAVANTES DA SITUAÇÃO-PROBLEMA	38
5	PROPOSTA	40
5.1	DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA	41
5.2	PLANO DE IMPLANTAÇÃO.....	44
5.3	RECURSOS	45
5.4	RESULTADOS ESPERADOS	46
5.5	RISCOS OU PROBLEMAS ESPERADOS E MEDIDAS PREVENTIVO-CORRETIVAS	46
6	CONCLUSÃO	48
	REFERÊNCIAS	50
	ANEXOS	53
	APÊNDICES	94

1. INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO/PROBLEMÁTICA

Atualmente, na rede estadual de ensino, entre os milhares de alunos que desfrutam dos serviços ofertados pelas instituições que a compõe, diante do exposto no artigo 205¹ da Constituição Federal de 1988, atribuindo ao Estado o dever de promover a educação, há alunos que apresentam necessidades tanto de inclusão nas atividades inerentes ao processo educacional regular nas salas de aulas, como também de atenção especial do desenvolvimento de seu processo de aprendizagem, devido à existência de deficiências, transtornos globais de desenvolvimento ou habilidades que excedem as expectativas de aprendizagem e assimilação de conhecimento, quando comparadas a indivíduos que cursam o ensino regular. Tais características ao serem observadas, demandam pela flexibilização estrutural da organização e atendimento especializado, sendo este realizado pela instituição de ensino por meio da sala de recursos multifuncionais, que tem entre seus objetivos estimular e incentivar os alunos com atividades educacionais direcionadas de acordo com diagnóstico de cada aluno e que auxiliam no processo de aprendizagem dos conteúdos abordados no ensino regular.

Entretanto, para o aluno receber este atendimento se faz necessário após a identificação das características de suas necessidades, a elaboração e apresentação de diversos documentos que compreendem a análise do indivíduo, o diagnóstico referente à sua especialidade e os procedimentos a serem tomados para melhor abordagem psicopedagógica, descrevendo e auxiliando o atendimento das necessidades desses alunos nas instituições, frente ao processo de aprendizagem no ensino regular e possibilitando o apoio por meio do atendimento na sala de recursos multifuncionais.

Este processo burocrático existente para que os alunos que possuem deficiências ou necessidades especiais tenham acesso a Sala de Recursos

¹Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, Constituição federal, 1988)

Multifuncionais – Tipo I, nas instituições de ensino, exige entre seus documentos a avaliação psicoeducacional no contexto escolar, a avaliação psicoeducacional complementar, conforme ANEXO A - INSTRUÇÃO Nº 016/2011 – SEED/SUED, e o encaminhamento elaborado segundo normas pré-estabelecidas e que possibilitem o acompanhamento tanto da instituição escolar como também do Núcleo Regional de Educação, o qual a escola esta designada, e a Secretaria Estadual de Educação. Sendo a avaliação psicoeducacional complementar, a análise psicológica e apresentação do diagnóstico do aluno, elaborados em conjunto por instituições apropriadas e focadas a este segmento de atuação, como a instituição de ensino e o Centro de Avaliação e Orientação Pedagógica - CEAOP, para favorecer o atendimento eficiente e eficaz, e também para que o aluno possa ser registrado no sistema de dados da escola, segundo o tipo de atendimento prestado e a frequência em que o aluno participa da sala de recursos multifuncionais.

A identificação inicial da necessidade por atendimento na sala multifuncional ocorre dentro das instituições de ensino, sendo um trabalho em conjunto entre professores e equipe pedagógica para o levantamento dos dados referentes às dificuldades apresentadas pelo aluno e possíveis estratégias de abordagem pedagógicas dentro da sala de aula do ensino regular, para melhorar o processo de aprendizagem do aluno. Considerando o Art. 5º da Deliberação do Conselho Estadual de Educação nº 02/03, na qual estabelece que:

As necessidades educacionais especiais são definidas pelos problemas de aprendizagem apresentados pelo aluno, em caráter temporário ou permanente, bem como pelos recursos e apoios que a escola deverá proporcionar, objetivando a remoção das barreiras para a aprendizagem. (Deliberação do Conselho Estadual de Educação nº 02/03).

Sendo necessário direcionar o aluno no menor tempo possível, para o atendimento especializado e acompanhamento na sala de recursos multifuncional, visto que a falta desse atendimento especializado ou atendimento tardio das necessidades do aluno pode resultar em reflexos e influências no desenvolvimento educacional e de integração social do próprio aluno.

Com o levantamento inicial de informações entre as instituições estaduais de ensino no município de Quatro Barras observou-se que diante da demanda existente

por atendimento especializado da sala de recursos multifuncionais, cerca de 60% dos alunos que apresentam necessidades de atendimento educacional especializado são atendidos, os 40% restantes participam apenas do processo de ensino regular, sem o atendimento de suas necessidades ou então presenciando em seu dia a dia a falta de orientação dos profissionais de ensino para uma abordagem adequada a cada caso, este fato se deve principalmente à falta de laudo e diagnóstico de atendimento das deficiências compreendidos nas avaliações psicoeducacionais e na análise psicológica, pois há uma morosidade processual para a execução das avaliações, tempo este em muitos casos superior a doze meses, e que reflete no andamento das rotinas de aprendizagem e ensino nas salas de aula de ensino regular.

1.2 OBJETIVO GERAL DO TRABALHO

O estudo realizado tem como objetivo a elaboração de uma proposta que vise fornecer melhorias ou alternativas que possam agilizar nas escolas do município de Quatro Barras, o processo de ingresso de alunos na sala de recursos multifuncionais – Tipo I. Alunos que possuem necessidades especiais de atendimento educacional e ainda não são atendidos por profissionais especializados, visto a demora processual observada e o atraso do ingresso desses alunos no atendimento especializado. Onde, devido a esta demora, ocorre a visualização de impactos e interferências nos procedimentos desenvolvidos nas demandas sociais por inclusão e acompanhamento e auxílio do processo de aprendizagem do aluno.

Para a elaboração da proposta haverá o levantamento, identificação e descrição dos processos atualmente presentes nas instituições estaduais de ensino no município de Quatro Barras, para que diante do problema levantado, referente à demora do processo avaliativo observado dentro das instituições e na emissão da análise e direcionamento por órgãos públicos competentes, possa se destacar possíveis alternativas que visem solucionar gargalos processuais, considerando as variáveis ambientais e características municipais.

1.3 JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO

Alunos que apresentam necessidades tanto de inclusão nas atividades inerentes ao processo social, como de atenção especial do desenvolvimento de seu processo de aprendizagem, demandam pela flexibilização estrutural da organização e atendimento especializado. No entanto, para receber este atendimento se faz necessário a elaboração e apresentação de uma serie de documentos, abordados neste estudo juntamente com os processos relacionados na página 24, que compreendem a análise do individuo, o diagnostico referente à sua especialidade e o encaminhamento dos procedimentos a serem tomados para melhor abordagem pedagógica. Estes documentos descrevem e auxiliam o atendimento das necessidades desses alunos nas instituições e possibilitam o apoio dos processos na Sala de Recursos Multifuncionais – Tipo I.

A situação problema observada compreende na demora no processo burocrático que envolve a avaliação e o encaminhamento, resultando em problemas nas abordagens de ensino por profissionais do ensino regular, dentro da sala de aula, havendo em casos específicos, concentração de alunos que apresentam deficiências e necessidades especiais de aprendizagem, ou então interferência no processo de aprendizagem de outros alunos da sala de aula regular, alunos que não apresentam necessidades especiais ou deficiências, mas que são afetados pela sobrecarga de abordagens diferenciadas em sala de aula, visto a constante busca por estratégias de ensino, e falta de acompanhamento de alunos especiais na sala de recursos multifuncionais.

O município de Quatro Barras, onde ocorrerá o estudo e observação processual, pertence à região metropolitana de Curitiba, com aproximadamente 20 mil habitantes, segundo senso de 2010 e estimativas de crescimento para 2013, desta população, atualmente há 2344 indivíduos matriculados na rede estadual de ensino, aproximadamente 12% da população, visto que no município há ao todo 14 escolas, sendo entre estas, somente a Escola André Andreatta, a Escola Arlinda Ferreira Creplive e a Escola Elias Abrahão, pertencentes à rede publica estadual de ensino.

Embora, o estudo seja realizado através da análise da instituição de ensino conhecida como Escola Elias Abrahão, pois esta apresenta, dentre as escolas estaduais, maior número de casos de alunos com necessidades especiais. Os procedimentos levantados serão obtidos por meio da análise de todas as instituições públicas estaduais presentes no município, sendo a proposta elaborada passível de ampliação para as demais instituições do município, conforme suas necessidades e demanda por atendimento especializado por meio das Salas de Recursos Multifuncionais - tipo I.

Ao desenvolver a proposta, será visado o atendimento de uma demanda existente no município que é a das famílias ou cidadãos que aguardam o laudo técnico e encaminhamento das instituições públicas especializadas, pois possuem deficiências ou necessidade de atendimento especializado nas escolas públicas estaduais e acompanhamento no processo de aprendizagem no ensino regular. Onde, diante do perfil das famílias e dos alunos que compõe a população das escolas do município, pode-se observar que grande parte desses, apresenta baixa renda familiar e correspondem ao público-alvo de programas governamentais de auxílio de diversas naturezas. Diante desse fato, se torna, em muitos casos, inviável o pagamento com recursos próprios, de profissionais ou instituições particulares que possam avaliar e efetuar o encaminhamento do indivíduo portador da necessidade a ser atendida. Restando a estas famílias ou indivíduos, somente a possibilidade de aguardar o processo através de instituições públicas.

Ao proporcionar maior rapidez processual entre a identificação da necessidade por atendimento especializado dentro da sala de aula do ensino regular e o acesso à Sala de Recursos Multifuncionais – Tipo I, os alunos poderão desfrutar de um período maior de acompanhamento e auxílio de sua formação cultural e educacional. Resultando em melhora no desempenho de aprendizagem, menores índices de reprovação entre os alunos que necessitam de atendimento educacional especializado, melhoria do ambiente de sala de aula do ensino regular, pois haverá acompanhamento em paralelo do aluno por profissionais capacitados e em sala de aula direcionada as suas necessidades, e tratamento do processo de inclusão do aluno no ambiente social e escolar.

2. REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

1.4 A INCLUSÃO NAS ESCOLAS

O processo de inclusão de indivíduos ao meio escolar bem como o atendimento das necessidades apresentadas por estes, tem sido visualizado diante de avanços progressivos, conforme as demandas são observadas e supridas.

Historicamente as praticas educacionais e de aprendizagem compreenderam uma visão na qual privilegiava grupos específicos. Contudo, com o processo de democratização e universalização do acesso, mesmo inicialmente tendo continuidade desta pratica de privilégios, muitas características puderam ser observadas como comuns aos processos de segregação e integração que se relacionam a seleção intencional.

A partir da integração de conceitos de cidadania², fundamentou-se o reconhecimento das diferenças e da necessidade de processos de integração ao sistema de aprendizagem, onde se procurou atender a demanda existente por meio de atendimento especializado. Inicialmente este atendimento foi organizado de modo substitutivo ao processo de ensino comum, levando a criação de instituições especializadas a esta modalidade de ensino, bem como a criação de escolas e classes especiais, evidenciando praticas e atendimentos tanto das necessidades físicas como também das educacionais, fundamentados em testes clínicos e diagnósticos das deficiências apresentadas.

Avanços foram observados com políticas públicas direcionadas a esse segmento populacional diante das necessidades presentes, com a criação de instituições focadas no atendimento demandado e o estabelecimento de leis, diretrizes e normas que regulamentam tanto a atuação de instituições publicas e privadas, quanto à participação do Estado.

Um dos grandes avanços foi com a Constituição Federal de 1988, onde no artigo 3º, inciso IV, traz dentre seus objetivos fundamentais, “promover o bem de

² Cidadania - Qualidade de cidadão; vínculo jurídico-político que, traduzindo a pertinência de um indivíduo a um estado, o constitui, perante esse estado, num conjunto de direitos e obrigações; (cidadania In Infopédia . Porto: Porto Editora, 2003-2013.Disponível em <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/cidadania;jsessionid=9aiKBFbebySvzbfkVQQFw__>.

todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Definindo “a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”, no artigo 205, assim como no artigo 206, inciso I, tendo como princípio para o ensino a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”.

Quanto a participação do Estado, na Constituição Federal de 1988, no artigo 208, atribui a este o dever, no inciso I, de manter a “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” e a oferta, através do inciso III, do “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” presente também no capítulo IV, artigo 54, inciso III, da Lei nº. 8069 de 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Posteriores a Constituição de 1988, pode-se observar no Brasil, uma considerável evolução do atendimento especializado, embora o tema de inclusão seja muito debatido entre os meios direcionados, igualmente destaca-se a participação e adequação do sistema de ensino para suprir as necessidades deste público alvo, reforçando também a responsabilidade dos pais ou responsáveis, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº. 8.069 de 1990, artigo 55, “Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

Documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos, a Política Nacional de Educação Especial e a Declaração de Salamanca criados em 1994, passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva. Norteados dentre os direitos, princípios, políticas e práticas do Estado e dos cidadãos frente à educação especial e o acesso a atendimento que supram as necessidades apresentadas,

Para crianças com necessidades educacionais especiais uma rede contínua de apoio deveria ser providenciada, com variação desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola e expandindo, conforme necessário, à provisão de assistência dada por professores especializados e pessoal de apoio externo. (SALAMANCA, 1994, pag. 9)

Ao final da década de 90, diversas políticas públicas foram regulamentadas por meio de leis, que de modo geral, buscam o atendimento das necessidades de pessoas portadoras de deficiências e a inclusão destas no sistema de ensino regular. Favorecendo posteriormente, influenciado por fatores de mudanças sociais, culturais e políticas, a criação da Resolução CNE/CEB nº 2/2001, por meio das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, onde no artigo 2º, determina que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

Sendo criados nos anos seguintes, programas governamentais que visam garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência no ensino regular. Estas ações condicionaram e foram identificadas como parte integrante do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC e do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, criado em 2007, no qual apresentou entre seus objetivos, mudanças tanto processuais quanto arquitetônicas nas instituições de ensino, e outros fatores importantes para viabilizar e oferecer suporte ao objetivo de inclusão e permanência do aluno com deficiência, como a capacitação de profissionais para o atendimento educacional especializado e dos demais profissionais da educação para a inclusão, como também a criação de salas especiais, focadas no auxílio do processo de participação, aprendizagem e continuidade nos níveis de ensino, diante das necessidades dos alunos, como as salas de recursos multifuncionais – tipo I, abordadas neste estudo.

A execução das políticas governamentais direcionadas ao setor de educação básica, especial e profissional, é realizada e condicionada por meio da Secretaria de Estado da Educação - SEED, a qual tem como objetivos além desses direcionamentos governamentais propostos, a adequação da oferta a demanda relacionada ao ensino, prioritariamente por escolaridade básica, de maneira autônoma ou em cooperação com os municípios, visando qualidade dos resultados e melhoria das condições de vida da população.

Como parte integrante da Secretaria de Estado da Educação, o Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional - DEEIN apresenta entre suas competências conforme o artigo nº 41, do Regime Interno da SEED, “Gerir as políticas públicas em Educação Especial para alunos com deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, deficiência visual, surdez, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação”. Em conjunto com os sistemas de ensino implementa políticas educacionais nas áreas de educação especial, onde atua com o objetivo contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino e valorizando as diferenças e diversidade, com a promoção da educação inclusiva.

A atuação regional da gestão educacional ocorre por meio de Núcleos Regionais de Educação - NREs, subordinados a SEED e diretamente no contato com as escolas situadas nos municípios correspondentes as jurisdições designadas, condicionam e oferecem direcionamento e suporte a atuação educacional junto à sociedade, como também controlando processos relacionados tanto a gestão escolar, como também a relação entre as escolas e a sociedade.

Como se pode acompanhar, os processos de atendimento das demandas, tanto sociais quanto voltadas às necessidades dos portadores de deficiências e de inclusão no meio escolar são resultado de ações desenvolvidas através do tempo, e previstas em leis, que atuantes de forma continuada no meio político, governamental e educacional, possibilitam que as políticas públicas alcancem a população suprimindo suas carências. Desenvolvendo mecanismos, processos e destacando instituições que atuem na viabilização dos objetivos almejados. Organizadas hierarquicamente e responsáveis dentro suas competências pela atuação de modo eficiente e eficaz para alcançar e conciliar os interesses governamentais e sociais.

Como resultado dos planos governamentais nas escolas públicas, principalmente as que apresentam demanda pelo atendimento educacional especializado, foram implantadas salas que visam fornecer recursos e ferramentas aos professores e alunos, buscando desenvolver o cognitivo dos indivíduos e auxiliar no processo educacional. A gestão desses ambientes é efetuada através de parcerias entre as escolas, Núcleos Regionais de Educação e a Secretaria de

Estado da Educação, devido à demanda por infra-estruturar, mão de obra e capacitação.

1.5 A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS – TIPO I

A sala de recursos multifuncionais - Tipo I é um ambiente integrado à estrutura institucional das escolas, que tem como foco o atendimento de alunos da rede pública de ensino que apresentam deficiências³ que interferem no processo de aprendizagem no qual o aluno participa. O atendimento desses alunos é efetuado em contra turno das atividades educacionais da classe regular de ensino, conciliando as necessidades educacionais presentes a cada caso atendido e o processo de inclusão deste no ambiente educacional.

Entre as deficiências apresentadas por estes alunos que necessitam por atendimento educacional especializado na Sala de Recursos Multifuncionais – Tipo I estão:

- **A Deficiência intelectual:** identificada quando o aluno apresenta incapacidade caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, refletidas nas habilidades práticas, sociais e conceituais.
- **A Deficiência física neuromotora:** aquele que apresenta comprometimento motor acentuado, decorrente de seqüelas neurológicas que causam alterações funcionais nos movimentos, na coordenação motora e na fala, requerendo a organização do contexto escolar no reconhecimento das diferentes formas de linguagem que utiliza para se comunicar ou para comunicação.
- **Os Transtornos globais do desenvolvimento:** indivíduos que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome

³Segundo expresso no decreto nº 3298 de 20 de Dezembro de 1999, artigo 3º, inciso I, deficiência pode ser definida como "toda perda ou anomalia de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano".

de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicose) e transtornos invasivos sem outra especificação. (MEC/SEESP, 2008).

- **Os Transtornos funcionais específicos:** conforme o artigo 2º, página 05, seção 01 do Diário Oficial do Distrito Federal DODF de 12/03/2012, “Entende-se por Transtornos Funcionais Específicos as dificuldades de aprendizagem e/ou de comportamento em decorrência do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH, Dislexia, Dislalia, Disgrafia, Discalculia, Disortografia, Transtorno de Conduta e Distúrbio do Processamento Auditivo Central – DPAC”.

Na Escola Elias Abrahão, instituição foco do estudo realizado, segundo os profissionais da Sala de recurso Multifuncional – Tipo I, presente na instituição, o atendimento dos alunos que compõe o público alvo desta sala, ocorre principalmente por meio do trabalho direcionado com recursos que visam desenvolver o cognitivo dos alunos, considerados freqüentemente abaixo da média. Os alunos atendidos nesta instituição possuem em sua maioria, deficiências enquadradas como transtorno global no desenvolvimento - TGD e transtornos funcionais específicos - TFE.

Como exigências para o ingresso do aluno ao atendimento proposto pela Sala de Recursos Multifuncionais, a SEED determina que este deva:

- Estar matriculado e freqüentando o Ensino Fundamental, na classe comum, podendo o serviço estender-se a alunos de escolas próximas nas quais ainda não exista esse atendimento, mediante apresentação de relatório da avaliação pedagógica e declaração de matrícula deste.
- Ter sido submetido à avaliação psicoeducacional, realizada no contexto escolar e registrada em relatório próprio contendo direcionamento pedagógico e indicação dos procedimentos adequados às necessidades educacionais levantadas.
- Ter sido submetido a avaliação psicoeducacional no contexto escolar, realizada inicialmente pelo professor da classe comum, com apoio do professor especializado e a equipe pedagógica da escola e, sendo posteriormente complementada por psicólogo e outros profissionais, caso necessário, como neurologista ou psiquiatra.

3. METODOLOGIA

Durante o processo inicial de levantamento de informações, será realizado o reconhecimento dos métodos utilizados na abordagem da situação de alunos que apresentam deficiências que compõem o público alvo da sala de recursos multifuncionais - tipo I, mesmo observando que há influência de métodos pedagógicos relacionados a abordagem, o presente estudo se restringe ao cumprimento dos processos burocráticos. Paralelamente, há o acompanhamento e o levantamento da documentação que corresponde ao processo de identificação da deficiência, avaliação e diagnóstico.

Posteriormente serão elaboradas entrevistas para que seja avaliada a relação entre os documentos necessários no processo de levantamento da necessidade do aluno e destacar, como os profissionais de ensino percebem o processo educacional e os métodos utilizados para o direcionamento necessidade apresentada.

A escolha dos profissionais a serem entrevistados será feita de forma intencional, pois nem todos têm contato com alunos que demandam por atenção especial ou estão familiarizados com o tema. Não serão entrevistados os alunos, devido ao fato que muitos compreendem a uma faixa etária menor de doze anos e não forneceriam informações que descrevessem os fatos além das que podem ser obtidas pela observação e pelas entrevistas diretas com os profissionais envolvidos.

Os dados secundários correspondentes aos processos serão obtidos através de documentos de circulação impressa, internos e externos as instituições, dos quais auxiliam na avaliação do aluno e possibilitam o atendimento na sala de recursos multifuncionais, sendo organizados de modo que possibilitem a análise e entendimento seqüencial do processo documental e avaliativo.

4. A ORGANIZAÇÃO

A organização foco do estudo realizado é a Escola Estadual Elias Abrahão, localizada no número 15, da Rua Ângelo Chilante, bairro Jardim Menino Deus, do município de Quatro Barras, região metropolitana de Curitiba, Paraná.

1.6 DESCRIÇÃO GERAL:

A Escola Estadual Elias Abrahão recebeu este nome em homenagem ao Professor Elias Abrahão que foi Deputado Federal e Secretário Estadual da Educação no período de 1991 a 1994. Fundada em 1997, com o objetivo de atender a demanda existente no bairro Jardim Menino Deus, inicialmente contava com sete turmas, de 5º a 8º série e devido ao crescimento populacional e a demanda gerada, passou para nove turmas no ano seguinte a sua fundação, dez turmas em 2002, doze turmas em 2004 e em 2005 com a inauguração de novas instalações, pode ampliar o número de salas de aula, onde inicialmente tinha a disposição cinco salas de aula e com as novas instalações este número cresceu para oito salas de aula, além de laboratórios de ciências, química e física, e salas de apoio e de recursos multifuncionais, que auxiliam o processo de aprendizagem dos alunos.

Dentre a infra-estrutura disponível na instituição, o estudo detém como foco a sala de recursos multifuncionais, sendo esta responsável pelo atendimento educacional especializado aos alunos matriculados na rede pública de ensino que apresentam deficiências de natureza física, física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos.

A escola atualmente possui entre seus funcionários, dois professores responsáveis para o atendimento na sala de recursos multifuncionais- tipo I, atendendo turmas em contra turno, nos horários da manhã e tarde. A carga horária de atendimento dos alunos conforme Instrução nº 016/2011, ANEXO A, não podendo ultrapassar 16 horas-aula semanais para efetivo trabalho pedagógico por turma ou professor. Assim, há duas turmas proporcionando o atendimento em horários distintos, devido o número de alunos atendidos em cada turno.

Atualmente há dezesseis alunos matriculados na sala de recursos multifuncionais - tipo I, dos quais apresentam uma variedade de deficiências levantadas e analisadas e, uma demanda por este tipo de atendimento especializado que compreende em mais doze alunos, sendo que esses não podem ser devidamente matriculados na sala de recursos, pois aguardam os relatórios de avaliação psicoeducacional no contexto escolar ou a avaliação complementar, dos profissionais capacitados para a formulação do laudo que comprove a deficiência e o

diagnostico para os procedimentos a serem tomados de forma que auxiliem diretamente o aluno segundo sua deficiência apresentada.

1.7 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Para o levantamento da situação que corresponde ao problema levantado referente a demora processual da avaliação e do ingresso do aluno com necessidades por atendimento educacional especializado, se faz necessário a identificação e descrição dos processos utilizados nas instituições, o levantamento das mudanças ocorridas durante o período de análise, tempo necessário para a execução de cada etapa correspondente e os problemas observados pelos profissionais envolvidos no processo. Pois com as análises desses fatores, podem-se identificar os gargalos processuais e as interferências que resultam no problema destacado, bem como direcionar os processos através de sugestões e apresentação de propostas que busquem agilizar o atendimento proposto aos alunos com necessidades educacionais especiais.

1.8 PROCESSO BUROCRÁTICO

Os processos de avaliação e levantamento de informações estão constantemente se alterando para melhor atender o público alvo das Salas de Recursos Multifuncionais - Tipo I, sendo a ultima alteração visualizada e discutida, no segundo semestre de 2013, após o primeiro encontro de Avaliação Psicoeducacional no Contexto Escolar, evento proporcionado pela Secretaria de Estado da Educação que ocorreu de forma descentralizada nos Núcleos Regionais de Educação, onde houve a troca de experiências entre os profissionais que trabalham em salas de recursos multifuncionais, pedagogos e representantes de instituições governamentais que atuam no segmento educacional e se relacionam ao processo de avaliação psicoeducacional no contexto escolar.

As mudanças observadas foram principalmente nos processos avaliativos e no tempo de análise junto ao aluno, anteriormente a estas, o processo se iniciava na instituição de ensino com a observação da necessidade do aluno, sendo efetuada a coleta de dados e aplicação dos testes necessários para que estes, depois de enviados ao CEAOP, fossem agrupados e o relatório de avaliação psicoeducacional no contexto escolar formulado. Durante esta coleta de dados o aluno somente

participava da sala de aula do ensino regular, não tendo contato com a sala multifuncional e grande parte das avaliações se dava através da observação do comportamento e características em momentos ocasionais. Após as alterações, que de modo geral, descentralizam parte da análise elaborada pelo CEAOP para a escola, o relatório da avaliação psicoeducacional passou a ser realizado por completo na instituição de ensino, como também alguns testes básicos para a identificação de características que poderão destacar problemas de visão e audição. O envio ao Núcleo Regional de Educação os documentos gerados para conferência do processo do aluno, passou a ser de responsabilidade da instituição de ensino, sendo agora somente encaminhado ao CEAOP os processos que necessitam da avaliação psicoeducacional complementar, para a finalização do processo de ingresso do aluno na Sala de Recursos Multifuncionais – Tipo I da instituição de ensino.

Contudo, fato que constitui em pontos favoráveis ao aluno, é que durante este período avaliativo na escola, ele participa da sala de recursos multifuncionais – tipo I, para que seja avaliado e observado em um processo constante e passível de maior coleta de informações, contribuindo tanto para os profissionais que iram desenvolver a avaliação, pois tem maior contato e participação com o aluno, quanto para o aluno, que terá durante este período, auxílio em seu processo de aprendizagem.

Nos setores envolvidos, principalmente os relacionados às instituições de ensino, observa-se a evolução motivacional dos agentes especializados. Esta situação ocorre com o fato que após as alterações processuais observadas, o Núcleo Regional de Educação em conjunto com o CEAOP, elaborou um momento de treinamento para ampliar a capacitação destes profissionais e apresentar a documentação referente à mudança processo avaliativo. Os documentos que compõe a avaliação obedecem a um roteiro de procedimentos a serem analisados, com inicialmente dois focos, um para o aluno, onde será desenvolvido o acompanhamento e avaliação psicoeducacional no contexto escolar, e outro voltado a metodologia de ensino dos professores em sala de aula, para observar se o método utilizado influencia diretamente na dificuldade de assimilação do conteúdo no processo de aprendizagem do aluno.

O processo de levantamento da deficiência do aluno se inicia dentro da sala de aula, com a percepção dos professores no decorrer do processo de aprendizagem do aluno, conforme representado na Figura 1, havendo suspeitas e análise de fatos ocorridos durante as aulas, o professor ao observar a deficiência de aprendizagem, primeiramente busca mudanças de metodologias de ensino para auxiliar na compreensão do aluno segundo os conteúdos abordados, permanecendo a deficiência do aluno e as características singulares que necessitam de atendimento especializado, este é encaminhado à assistência pedagógica para o acompanhamento das metodologias abordadas em sala.

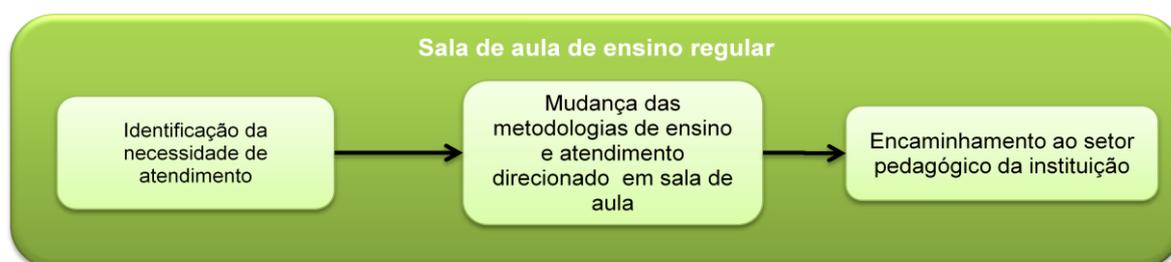


Figura 1 - Mudança de Metodologia

Fonte: Autor

O fato de direcionamento do aluno a atendimento especializado ou a sala de recursos multifuncionais somente quando observado deficiências de aprendizado ou então quando apresentado laudos avaliativos junto com o processo do aluno, se deve porque há casos de alunos com deficiências ou síndromes possuem capacidade adaptativa para a superação das dificuldades e acompanham com sucesso o processo de aprendizagem do ensino regular.

As avaliações no contexto escolar ocorrem com o trabalho conjunto dos professores do ensino regular, os profissionais da Sala de Recursos Multifuncionais e os pedagogos, onde deverão avaliar os alunos durante um período de tempo e com a interação direta do aluno na Sala de Recursos Multifuncionais - Tipo I, possibilitando relacionamentos interpessoais no ambiente da sala de recursos, dos quais favorecem o levantamento de informações necessárias a análise a qual o aluno será submetido.

Embora juntamente com os documentos e procedimentos relacionados haja a análise pedagógica das metodologias, o presente estudo se limita ao campo que envolve o processo burocrático de identificação da necessidade do aluno referente a deficiência apresentada e ingresso desta na Sala de Recursos Multifuncionais – Tipo I. Entre os documentos que compõe o processo avaliativo do aluno estão:

- ENTREVISTA COM OS PAIS OU RESPONSÁVEIS – Documento presente no ANEXO B, que visa o levantamento de informações dos pais ou responsáveis, composição familiar, histórico do comportamento do aluno no ambiente familiar e social, comprometimento e percepção dos pais para com a necessidade apresentada, características do desenvolvimento do indivíduo desde a concepção até o nascimento e informações médicas, sendo por meio desta, obtida a autorização dos pais ou responsáveis para a averiguação do foco das necessidades do aluno e dificuldade de aprendizagem;
- IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS - neste documento, ANEXO C, há o levantamento de informações em diversas disciplinas processo educacional das quais o aluno participa, comparando informações entre os profissionais que as ministram direcionadas as necessidades do aluno e as características das deficiências apresentadas.
- FICHA DE INTERESSE SOCIAL - Documento no qual por meio de perguntas diretas busca informações sobre a interação social do aluno, com perguntas inicialmente que visam criar vínculos de interação entre o aluno e o entrevistador, identificando a percepção do aluno quanto ao relacionamento familiar com a sociedade, através de vínculos profissionais e de relacionamentos interpessoais e sendo direcionada a entrevista para o ambiente escolar e interação social do aluno, diante de suas preferências e afinidades, estando este documento presente no ANEXO D desse estudo. Através das mudanças evolutivas dos procedimentos avaliativos, a contribuição frente ao processo de análise do interesse pessoal e de interações sociais do aluno, com a participação na sala de recursos

multifuncionais durante a avaliação psicoeducacional no contexto escolar, pode-se coletar informações e observar de modo mais focado a necessidade do aluno quando comparado a uma análise efetuada através de encontros agendados diante de situações em que o aluno pode não querer se expor ou interagir de forma a possibilitar a avaliação.

- **SUGESTÕES DE ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS DO ALUNO** - esse documento apresenta uma lista de tópicos a serem observados no ambiente escolar sobre o desenvolvimento e interação do aluno, a metodologia a ser utilizada para o levantamento destas informações, consiste principalmente na observação ou acompanhamento do dia a dia do aluno, sendo possível identificar em diversos segmentos características do comportamento do aluno, do desenvolvimento cognitivo, desenvolvimento motor, da área afetiva, do relacionamento interpessoal e intrapessoal. Estando presente no ANEXO E, tem como foco a observação das áreas citadas, sendo descritas e analisadas em maior profundidade no preenchimento do documento direcionado as áreas de desenvolvimento do aluno.
- **OBSERVAÇÃO DO MATERIAL ESCOLAR** – por meio desse documento, ANEXO F, se busca analisar as características comportamentais do aluno ao manipular o material escolar, juntamente com a organização, limpeza e cuidados dos materiais, também há o destaque para a metodologia de armazenagem de informações nos recursos disponíveis e exposição das idéias do aluno.
- **ÁREAS DO DESENVOLVIMENTO** – esse documento, além de fornecer informações norteadoras da análise do aluno, conforme modelo presente na pág. 81, ANEXO G, separa os fatores a serem analisados em áreas específicas que compreendem o cognitivo do aluno, a área afetiva, seus relacionamentos interpessoais e intrapessoais e autoconhecimento.

- ESCALA OPTOMÉTRICA DECIMAL DE SNELLEN - (“E” MÁGICO) – aplicado como teste visual, tem a finalidade de medir a acuidade visual⁴ em ambos os olhos, onde a criança tem que apontar ou falar para que lado o “E” está virado. Onde o aplicador do teste observa, conforme tabela presente no ANEXO H, os sintomas e características apresentadas pelo aluno durante a avaliação.
- DISCRIMINAÇÃO AUDITIVA – compreende em um instrumento informal que através da discriminação auditiva dos sons pronunciados das palavras presentes no ANEXO I, se possa analisar a capacidade do aluno em reconhecer, diferenciar, sistematizar e lembrar sons, fornecendo indicativos de uma possível perda auditiva. Sendo confirmado o comprometimento auditivo após a tabulação dos acertos das questões deste teste é necessário, em um momento posterior, o direcionamento do aluno para a avaliação audiológica, a qual poderá ser anexada ao processo avaliativo do aluno.

Efetuada antecipadamente a estas avaliações ocorre à observação pedagógica do professor da sala de aula do ensino regular, como parte de um processo, representado na Figura 2, que visa levantar informações sobre as atitudes profissionais e das metodologias educacionais em sala de aula, para que sejam apresentadas, juntamente com a apresentação das dificuldades educacionais do aluno, na Entrevista com os pais ou responsáveis e seja requisitada a autorização para continuidade, caso necessário, de elaboração das avaliações do aluno. Para o levantamento destas informações, ha uma lista elaborada por profissionais da área, que apresenta uma serie de sugestões ao pedagogo da instituição de ensino, que visa auxiliá-lo no levantamento de informações e análise das metodologias adotadas pelos profissionais de ensino, de modo a proporcionar adequações metodológicas e efetuar correções na abordagem da metodologia de ensino. Esta listagem de sugestões pode ser observada na pagina 91 desse estudo, ANEXO K.

⁴ Segundo site <http://www.vejam.com.br/baixavisao-acuidade-visual/>, acessado em 02 de dezembro de 2013, sobre problemas visuais direcionado a profissionais e a sociedade Acuidade Visual é o grau de aptidão do olho, para discriminar os detalhes espaciais, ou seja, a capacidade de perceber a forma e o contorno dos objeto

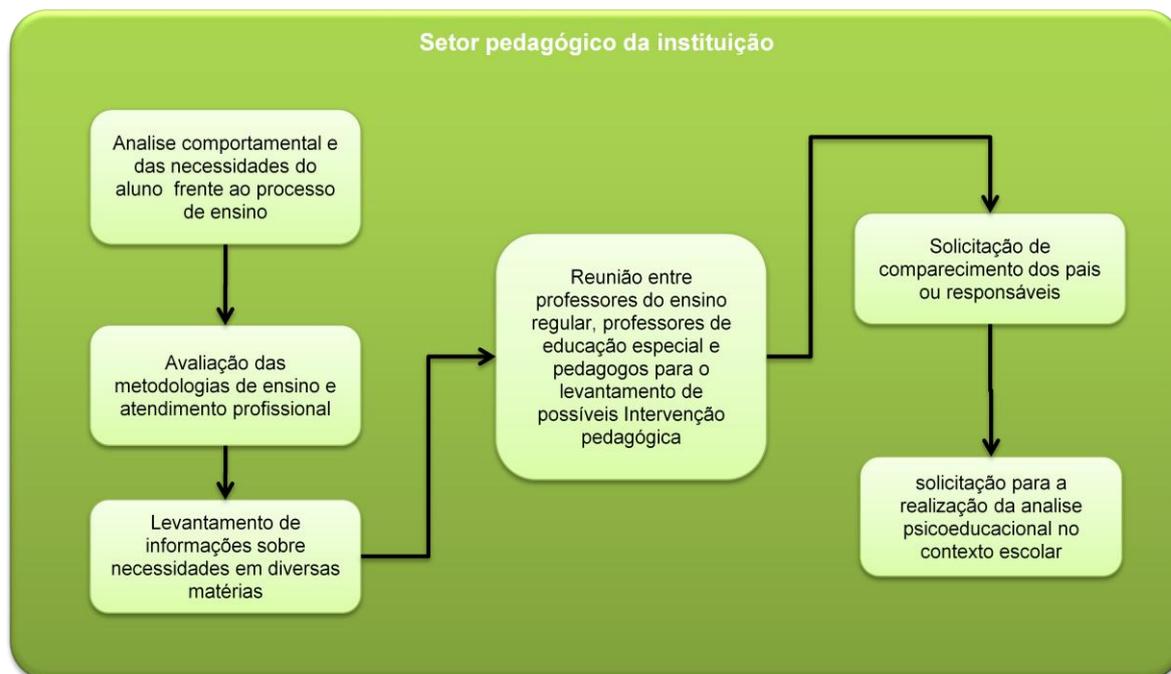


Figura 2 - Processo de levantamento de informações - setor pedagógico

Fonte: Autor

Entre os objetivos desse processo avaliativo, destaca-se a necessidade da identificação do foco de interferência do processo de aprendizagem do aluno, pois de houver deficiências das quais não compreendem o público alvo da Sala de Recursos Multifuncionais - Tipo I, o aluno será encaminhado a um processo de acompanhamento que vise suprir de modo eficiente e eficaz a necessidade deste, como exemplo, se identificado que o aluno apresenta deficiência auditiva, na fala ou visual, esse será encaminhado para o atendimento clínico para avaliação do comprometimento desses sentidos e o quanto isto afeta seu desenvolvimento. Enquanto que na instituição de ensino, o atendimento especializado será efetuado por meio de sala especial ou com o acompanhamento em sala de aula de ensino regular por profissionais que o auxiliem do processo de aprendizagem, como um profissional de Libras, Língua Brasileira de Sinais, no caso de identificada deficiência na fala e/ou auditiva.

1.9 A AVALIAÇÃO DO ALUNO

A avaliação psicoeducacional no contexto escolar é compreendida como um processo, de caráter investigativo e processual, estando seu modelo presente na página 88, ANEXO J, no qual foi elaborado pela SEED, pelo CEAOP e pelo Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional, e que busca nortear o seu desenvolvimento. Com o propósito obter informações e levantar recursos através de vários documentos e questionários, descritos na página 24, que oferecem fundamentação a análise destacada, e que visam favorecer o desenvolvimento educacional do aluno, sendo a avaliação psicoeducacional no contexto escolar uma parte do processo avaliativo final, pois para a elaboração do laudo do aluno e direcionamento metodológico frente a necessidade apresentada, faz-se necessária a avaliação psicoeducacional complementar.

Atualmente em muitos casos a avaliação psicoeducacional complementar de alunos que necessitam de atendimento educacional especializado, efetuada por instituições públicas, ocorre por meio do Centro Estadual de Avaliação e Orientação Pedagógica – CEAOP. Inaugurada em 2007, esta instituição atende prestando serviço de avaliação de alunos que apresentam dificuldades de aprendizado e necessitam de atendimento educacional especializado das escolas estaduais de Curitiba e Região Metropolitana.

Sua equipe avaliadora atualmente é composta por nove profissionais, dos quais dentro de suas formações nas áreas de pedagogia, psicologia, psiquiatria, e educação especial, desenvolvem as análises psicopedagógicas complementares de alunos que apresentam deficiência de aprendizagem e necessidade de atendimento educacional especializado, considerando os dados presentes na avaliação no contexto escolar, com enfoque não somente pedagógico, mas clínico, diante das necessidades educacionais, e do desenvolvimento do aluno.

Segundo dados estatísticos fornecidos pela própria instituição, estes profissionais, que atuam diretamente nas avaliações psicoeducacionais, no ano de 2012 apresentaram uma média aproximada de 54 avaliações por profissional. Sendo atendidos neste mesmo ano, 600 casos de pedidos por avaliação psicoeducacional complementar, e em 2013, 674 casos de pedidos, onde em cada caso, após a

realização de uma triagem, representada na Figura 3, para as conferências necessárias, o aluno é direcionado a avaliação, sendo analisado e efetuada a avaliação psicoeducacional complementar para a elaboração do diagnóstico do aluno e os encaminhamentos necessários.



Figura 3 - Processo Avaliativo – CEAOP

Fonte: Autor

A identificação das deficiências ou síndromes que influenciam no processo de aprendizagem, possibilita abordagens e encaminhamentos compatíveis a cada necessidade e os efeitos das metodologias utilizadas, sendo ao final deste processo, elaborado pela instituição avaliadora, um relatório descritivo e o diagnóstico do indivíduo, planejando, quando necessário, o encaminhamento a serviços de apoio especializados. No qual todos os documentos gerados serão enviados a secretaria de educação e ao núcleo regional de educação juntamente com os demais documentos que compõem o processo do aluno para dar seguimento às ações do processo, e este possa ser aprovado e a matrícula do aluno na sala de recursos multifuncionais efetivada.

Outro modo possível e efetuado para que o procedimento avaliativo complementar ocorra é por meio de convênios e parcerias, como ocorre no município de Pinhais, pertencente à região metropolitana de Curitiba, onde através de parcerias, a avaliação ocorre por meios e instituições particulares custeadas pelo município a fim de proporcionar agilidade ao processo de atendimento da necessidade dos alunos pertencentes à rede municipal e estadual de ensino. Conforme previsto no artigo 8º da deliberação 02 de 2003:

Os estabelecimentos de ensino poderão firmar convênios e parcerias com o Estado, Municípios ou organizações não-governamentais, visando à melhoria do atendimento educacional especializado ofertado. (Art. 8º, Delib. 02/03)

Assim como o município de Campina Grande do Sul, que conta com uma equipe avaliadora dos casos que necessitam de avaliação psicoeducacional complementar para o ingresso do aluno no atendimento especializado, caso necessário, e diagnóstico da metodologia a ser adotada frente as dificuldades do aluno. O atendimento efetuado no município é realizado através da parceria entre o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, e as escolas. Esta parceria proporciona não somente agilidade no processo de avaliação psicoeducacional dos alunos, como acompanhamento integral das demais necessidades que poderão ser levantadas durante o processo educacional e de socialização do indivíduo. Os processos e métodos de aquisição das avaliações complementares presentes no município de Quatro Barras, serão abordadas na página 38 desse estudo.

A avaliação por meios particulares ou instituições privadas, ocorre mediante o pagamento de cada consulta que o indivíduo devera comparecer para ser analisado e avaliado, sendo o valor correspondente a cada consulta, entre oitenta e cento e cinquenta reais, podendo alcançar como custo final do processo, valores entre trezentos e vinte a oitocentos reais, em algumas instituições privadas pode-se mensurar o valor total do processo avaliativo independentemente do tempo e quantidade de consultas, com o valor observado esta entre trezentos e quatrocentos e cinquenta reais.

Ao iniciar o processo de avaliação psicoeducacional complementar, observa-se que em media, as consultas ou entrevistas do aluno no CEAOP ocorrem entre 6 e

8 seções, havendo casos quando há dificuldade para o aluno em se expor frente a uma pessoa desconhecida, que fez-se necessário um número maior de seções, onde o tempo de cada seção pode variar entre 40 minutos a uma hora e meia.

As avaliações são efetuadas por profissionais da área da pedagogia, psicologia e psicopedagogia, das quais são aplicados testes em momentos distintos para a avaliação intelectual e psicológica, e ao final do processo, os resultados são confrontados indicando, caso houver deficiência, o nível desta apresentada pelo aluno, e para que as informações observadas se completem na representação eficiente da situação do aluno e da metodologia a ser abordada.

1.10 TEMPO CORRESPONDENTES AOS PROCESSOS E AS AVALIAÇÕES

Com a identificação dos procedimentos correspondentes aos processos que objetivam o ingresso do aluno na SRM – Tipo I pode-se observar e mensurar que o período de resposta do profissional atuante em sala de aula do ensino regular para a identificação de que o aluno apresenta deficiências de aprendizagem e necessita de atendimento especializado, possui uma variação correspondente ao fator que o profissional pode já ter trabalhado em anos anteriores com o aluno e possivelmente identificado deficiências de aprendizado. Este tempo em análise do trabalho direto dos profissionais apresenta, diante dos fatores anteriormente citados, é de aproximadamente 60 dias, pois é quando ocorrem em algumas instituições de ensino o primeiro fechamento de médias das atividades avaliativas e os conselhos de classe com participação de todos os profissionais educadores e com os pedagogos.

Quando ha notificações ao setor pedagógico, paralelamente ao trabalho do professor em sala de aula, ocorre a análise das metodologias do profissional e correções, caso necessário. O período de acompanhamento e análise específica da metodologia para com o aluno tem duração média de 30 dias, sendo nos momentos seguintes efetuados trabalhos de desenvolvimento direcionado ao estímulo cognitivo do aluno em questão.

Após este período e permanecendo a deficiência do aluno, com destaque da necessidade de atendimento educacional especializado, o setor pedagógico entra em contato com os pais ou responsáveis, para informá-los das necessidades específicas do aluno. Autorizada a continuidade do processo avaliativo, há a entrevista com estes para o levantamento de informações que irão compor parte do processo avaliativo do aluno. O tempo necessário para esta entrevista é de aproximadamente cinquenta minutos, durante um dia de encontro. No entanto, quando efetuado o trabalho paralelo para com o aluno, levantamento de informações do mesmo e solicitação do comparecimento dos pais podem variar de quatro a seis semanas, média de 40 dias.

As avaliações psicoeducacionais no contexto escolar e o acompanhamento do aluno na sala de recursos multifuncionais apresentam duração média de 60 dias. Sendo ao final destas, reunida a documentação do aluno, as avaliações, o histórico escolar e os demais documentos gerados, para que sejam enviados ao NRE para conferência e continuidade processual. Conforme representado no processo descrito a esquerda da Figura 4.

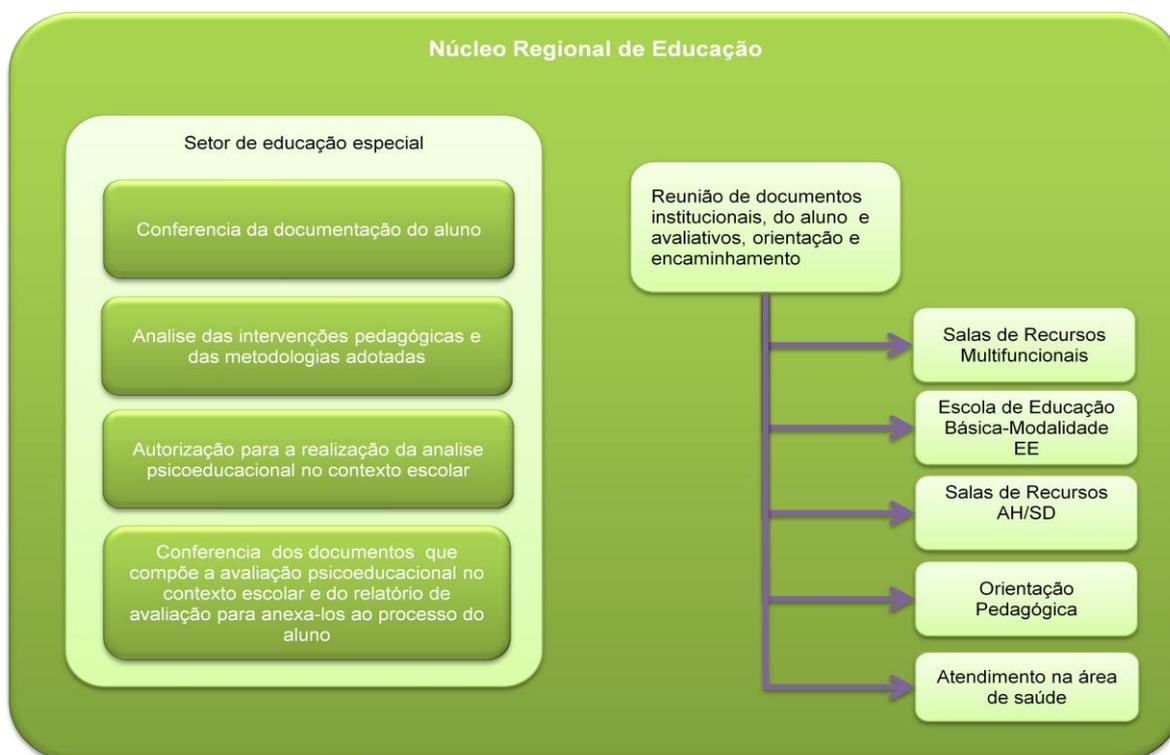


Figura 4 - Processo correspondente ao NRE

Fonte: Autor

Fato a ser destacado, que identificada à falta de algum documento ou problemas relacionados às avaliações, o processo volta para a instituição de ensino para que as falhas sejam corrigidas. Segundo relato da coordenadora do setor de atendimento especializado do NRE, muitos são os processos que apresentam falhas, embora o tempo de conferencia e continuidade do processo no NRE seja de 30 dias. Quando o documento volta para a escola, em media ele retorna em dois meses para ser reavaliado, ou seja, o tempo total que deveria ser de quatro semanas, passa para quatro meses, 120 dias. A coordenadora destaca que, mesmo com acompanhamento do NRE através de atendimento por telefone, no setor de especializado a este segmento no NRE e com programas de capacitação desenvolvidos continuamente durante todos os anos, os problemas identificados com os processos dos alunos que voltam para o retrabalho institucional se originam pela ineficiência da preparação profissional e por ações não desenvolvidas, pois há duvidas de como realizá-las.

Ao efetuar a conferencia documental o processo do aluno é encaminhado à instituição que ira desenvolver a avaliação complementar, neste caso, o CEAOP, para que depois de efetuada o processo volte ao NRE e o encaminhamento do aluno seja direcionado, como mostra o processo representado a direita da Figura 4, página 35. Este processo de direcionamento do aluno segundo o laudo e as avaliações obtidas, para as intervenções necessárias e possível atendimento na SRM – Tipo I, na instituição de ensino possui aproximadamente um tempo correspondente a 10 dias.

No CEAOP, conforme representado na Figura 3, página 32, há nova conferencia documental, onde havendo divergências ou falta de informações, o processo retorna ao NRE para averiguação. Os processos que retornaram ao NRE foram prontamente observados e novamente direcionados ao CEAOP, em média, de quatro dias.

O tempo da triagem executada e notificação se há divergências ou se o processo da avaliação complementar será efetuado é de 15 dias. No entanto, o observado período de espera das famílias e alunos pra o inicio do atendimento nas seções avaliativas é de aproximadamente 120 dias, sendo o período das avaliações efetuadas, de aproximadamente 60 dias, com seções em muitos casos, agendadas

quinzenalmente. O relatório final da avaliação complementar e envio ao NRE de toda a documentação gerada, para que as medidas necessárias sejam tomadas é de cinco dias após o termino das avaliações.

O período de espera das famílias e alunos por atendimento avaliativo no CEAOP, segundo funcionários diretamente envolvidos no processo, é justificado, perante a sobrecarga da instituição diante do grande numero de casos a serem analisados, sendo estes números descritos na página 31.

Os tempos descritos anteriormente, conforme podem ser visualizados na tabela a seguir, foram agrupados de forma a possibilitar a mensura do tempo total do processo avaliativo do aluno.

	PROCESSO		
	Efetivo	Com retrabalho documental	Com retrabalho e tempo de espera
AÇÕES/DOCUMENTOS	TEMPO PROCESSUAL (EM DIAS)		
Identificação da deficiência em sala de aulas	60	60	60
Trabalho metodológico	30	30	30
Acompanhamento pedagógico	40	40	40
Entrevista com os pais	1	1	1
Avaliação no contexto	60	60	60
Conferencia do NRE	30	30	30
Retrabalho do processo	0	60	60
Nova conferencia NRE e Direcionamento ao CEAOP	0	30	30
Período de triagem do CEAOP	15	15	15
Retrabalho do NRE em casos de divergências	0	4	4
Tempo de espera por atendimento no CEAOP	0	0	120
Atendimento CEAOP – avaliação complementar	60	60	60
Elaboração do laudo técnico CEAOP	5	5	5
Conferencia e direcionamento NRE para SRM	10	10	10
TOTAL DE DIAS	311	405	525
MESES	10	14	18

Tabela 1 - Tempo processual

Fonte: Autor

Ao analisar a Tabela 1, observa-se que o tempo médio total de todo o processo burocrático e de identificação referente a inclusão do aluno na SRM – Tipo I, é de aproximadamente dez meses. Entretanto, há o retrabalho documental, quando necessário, e o tempo de espera visualizado no CEAOP, variações estas que acrescentam de quatro a oito meses no tempo final do processo. Ou seja, dos dezoito meses normalmente esperados como duração do processo avaliativo, cerca de 44% do tempo, corresponde a retrabalho documental e tempo de espera dos quais poderiam ser evitados.

1.11 VARIÁVEIS AGRAVANTES DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Considerando as variáveis observadas quanto ao processo avaliativo, os problemas documentais e o tempo de espera, há fatores que contribuem para a demora do processo avaliativo e agravante da situação do atendimento educacional do aluno, não somente nas escolas estaduais presentes no município, mas também para o atendimento nas escolas municipais. Como fatores diretamente relacionados ao aluno estão à demora no tempo de comparecimento dos pais na escola, quando solicitada sua presença, questões culturais dos mesmos que, em alguns casos, conforme relatado por profissionais que efetuam as avaliações e levantamento de informações, não aceitam as deficiências apresentadas pelos filhos ou então não autorizam as avaliações. No caso da primeira, interferem no comparecimento nas instituições e também no auxílio de todo o processo educacional do aluno.

Como fatores institucionais, há o despreparo dos profissionais ao se depararem com casos específicos de necessidades de atendimento educacional especializado, bem como a falta de autorização ou processo em andamento para a implantação e o funcionamento de SRM – Tipo I nas instituições de ensino.

Como agravante ao número de casos não atendidos e diante a visualização do acúmulo de processos a serem analisados, observa-se no município de Quatro Barras, a carência nas escolas municipais, referente a falta do trabalho proporcionado pelas Salas de Recursos Multifuncionais. Embora, haja para 2014, autorização para o funcionamento Sala de recursos multifuncionais na Escola Municipal Izair Lago, localizada no interior do município, as demais escolas

municipais ainda estão em processo de requerimento ou aguardando aprovação do Núcleo Regional de Educação e da Secretaria Estadual de Educação para a instalação da sala que proporcione o atendimento educacional especializado.

Em muitos casos, devido a falta de estrutura e profissionais nas escolas municipais ou então pela não autorização para a implantação da sala de recursos multifuncionais na instituição. Sendo que, quando não há recursos disponíveis para o atendimento do aluno com necessidades educacionais especiais, este poderá ser atendido em instituições de ensino próximas, e o fato do município contar em seu território com a Escola Municipal De Educação Especial Joanna Valache, criada em 2008, não há atendimento fixo de profissionais que desenvolvam o processo avaliativo psicoeducacional complementar. Os alunos que apresentam casos de necessidade de atendimento educação especializado somente são observados e atendidos, quando ingressam nas escolas estaduais. Uma das justificativas para essa observação tardia, segundo relato de profissionais responsáveis pela educação municipal, é que devido o treinamento dos profissionais e os projetos já em andamento nas instituições estaduais de ensino, percebe-se mais facilmente as características que podem levar a diagnósticos e intervenções que direcionam o aluno a Sala de Recursos Multifuncionais.

Durante o ano de 2013, conforme dados fornecidos pelo CEAOP, a instituição não atendeu nenhum caso de avaliação psicoeducacional complementar do município de Quatro Barras, sendo os casos existentes de processos atendidos, elaborados por meios de recursos particulares. Dos quais, quando analisados, observa-se que foram concluídos oito casos de avaliação psicoeducacional complementar no decorrer do ano, entre escolas municipais e estaduais, onde dois deles foram pagos com recursos dos pais, dois pagos com doações da comunidade a familiares, e o restante foram atendidos no município pelo trabalho voluntário de dois profissionais, cujos nomes não foram autorizados a divulgar, sendo um psicopedagogo e um psicólogo. Estes profissionais atenderam em consultório próprio, através da prefeitura municipal em conjunto com as escolas do município, após encaminhamento de setores competentes, que auxiliam as famílias carentes.

Segundo entrevista com estes profissionais, o atendimento era efetuado buscando atender em media dois alunos por mês, conciliando suas agendas com a

demanda presente no município. O motivo da não cobrança do atendimento, segundo eles, se deve ao comprometimento com a melhora de vida e saúde das famílias carentes do município, bem como a melhora do processo de aprendizagem dos alunos que apresentam dificuldades e necessitam de atendimento especializado. Porém, por motivos pessoais, não poderão dar continuidade no atendimento para 2014.

5. PROPOSTA

Diante dos fatos expostos, há necessidade de destaque para as situações que apresentam grande interferência no processo de ingresso do aluno com necessidades educacionais especiais, dos quais quando presentes neste processo resultam em um grande intervalo de tempo entre a identificação da deficiência na sala de aula de ensino regular e o atendimento especializado na Sala de Recursos Multifuncionais – Tipo I, como o tempo relacionado ao retrabalho documental nas instituições, a deficiência preparatória dos profissionais diretamente envolvidos no atendimento especializado, a descontinuidade processual na mudança de um período letivo para outro, visto o tempo observado no processo, o tempo de espera para as avaliações que compreendem a avaliação psicoeducacional complementar e as sobrecargas nas instituições avaliadoras que prestam serviços as instituições educacionais.

Como tratamento dos casos levantados, é evidente a necessidade de um plano de ação para o direcionamento processual dos alunos que compreendem o público alvo do atendimento especializado, com treinamento profissional e mudanças organizacionais, sendo as ações planejadas e executadas com duas visões, uma em curto prazo, como a capacitação e o treinamento dos profissionais envolvidos, dando eficiência nos procedimentos e ações desenvolvidas, outra em longo prazo, abrangendo instituições com focos distintos que buscam minimizar o tempo de espera da avaliação complementar e a sobrecarga institucional, diante da capacidade de atendimento avaliativo.

1.12 DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA

As mudanças organizacionais a serem consideradas nas instituições de ensino compreendem na implantação de um documento que auxilie a organização das avaliações e relatórios envolvidos na avaliação psicoeducacional no contexto escolar, na qual reúne em seqüência, o título dos documentos que irão auxiliar no desenvolvimento do relatório da avaliação psicoeducacional no contexto escolar, o modelo deste documento desenvolvido pode ser consultado na página 94 deste estudo, contendo informações sobre o andamento do processo de cada documento, podendo estas apresentar as seguintes situações:

- Processo concluído;
- Processo em andamento;
- Processo não concluído.

Informações como a data de conclusão de cada processo e nome dos responsáveis, presentes neste modelo, fornecem a possibilidade de futuras análises de tempo parcial e total de elaboração processual. O campo reservado para atestados complementares possibilitam o registro, caso houver, de atestados ou exames do aluno, que possam auxiliar no laudo técnico e nas intervenções educacionais. Contudo, com a utilização desse documento, pode haver o acompanhamento do progresso, diminuindo a descontinuidade entre um período letivo e outro, pois há a listagem das avaliações já efetuadas, e principalmente a diminuição do fato de ausência documental quando o processo do aluno é enviado ao NRE.

O campo observações do documento proposto poderá ser utilizado como um relatório informal para a continuidade do processo avaliativo, embora os avaliadores utilizem anotações, dificilmente as compartilham com outros profissionais, influenciando quando a avaliação ocorre entre um ano letivo e outro.

Outra ação a ser considerada é a mudança no cronograma das avaliações no contexto escolar, embora esta se inicie após a identificação em sala de aula e devidos encaminhamentos pedagógicos, em muitos casos o processo avaliativo no contexto escolar é temporariamente interrompido pelas férias de julho e dezembro,

prevista do calendário do escolar, e quando retomada o foco de análise dos profissionais acaba sendo afetado, pois se faz necessário retomar ou até mesmo refazer algumas avaliações, interferindo no tempo geral do processo. Havendo possibilidade que as avaliações ocorram em dois momentos durante o ano letivo, um no início do ano, embasado nas anotações dos relatórios profissionais do ano letivo anterior, e outra após as férias de julho, objetivando o ingresso formal do aluno na sala de recursos multifuncionais no ano letivo seguinte.

Quanto a problemas na execução das avaliações, há necessidade além de aumento no número de momentos que ofereçam capacitação e treinamento aos profissionais da área e maior cobrança de aprendizagem dos mesmos, de treinamento focado nas etapas processuais, ou seja, descrevendo cada etapa processual, documentos relacionados, a importância de cada documento e a responsabilidade do profissional em efetuar adequadamente o preenchimento destes, devido o aumento considerável de tempo total do processo quando efetuado o retrabalho documental. Onde esta cobrança, como também a mensura do percentual de conteúdos absorvidos pelo profissional é efetuada por meio da aplicação de estudos de casos, avaliações que visem desenvolver a capacidade de reconhecimento e de ação frente a contingências que surgem durante o processo avaliativo do aluno e busca pela eficiência profissional. Pois, mesmo havendo a presença constante no NRE canais de atendimento que possibilitam o acesso a informações desse segmento, sanando as dúvidas, os profissionais somente os utilizam quando há problemas que exigem ações urgentes.

Através dessas ações, direcionadas a instituição de ensino, há o tratamento da deficiência preparatória dos profissionais, influenciando no número de casos devolvidos pelo NRE e no tempo de retrabalho dos documentos avaliativos. A adoção do documento citado, para a conferência e a continuidade processual, possibilita o acompanhamento de cada processo, com dados que poderão ser analisados posteriormente e extraído informações condizentes ao tempo de elaboração de cada documento e número de avaliações atribuídas a cada profissional da instituição.

Em relação ao tempo de espera observado no atendimento avaliativo do CEAOP, o qual corresponde mesmo quando há o retrabalho documental do

processo do aluno a mais de 20% do tempo total do processo, conforme exposto na Tabela 1, página 37, e carga operacional institucional, detalhada na página 31, poderão ser atendidas as seguintes sugestões:

- Aumento do número de profissionais que desenvolvem as avaliações psicoeducacionais complementares; e,
- Direcionamento por meio de parcerias, dos casos que necessitam de avaliação, para os municípios vizinhos aos dos casos, que efetuam as avaliações em instituições próprias.

Contudo, conforme observada a demanda municipal por este atendimento, o crescimento desta após a autorização das escolas municipais para o funcionamento da SRM – Tipo I, no ano de 2014, e a carência pelos serviços de acompanhamento avaliativo nas escolas estaduais e na escola especial do município. Destaca-se a importância de um plano de ação do município para o atendimento dessa demanda, não se apoiando nos serviços prestados por instituições presentes em outras regiões, mas através de iniciativas próprias buscando suprir a necessidade dos cidadãos.

Como possível abordagem desta demanda e desfrutando das estruturas presentes no município, pode-se destacar e customizar a realidade municipal, o modelo de atendimento observado no município de Campina Grande do sul, conforme citado na página 31. Do qual utiliza do atendimento prestado pelo Centro de Atenção Psicossocial, com o direcionamento dos casos que necessitam de laudo técnico que anteriormente eram enviados e elaborados pelo CEAOP, para as unidades de atendimento do CAPS.

A criação de uma equipe de avaliadores junto ao CAPS estende sua área de cobertura referente aos serviços prestados, sendo este vinculado ao atendimento da unidade básica de saúde onde atende munícipes que necessitam de atendimento psiquiátrico e psicológico. O Centro de Atenção Psicossocial de Quatro Barras, denominado Devanildo Ferreira de Lima, foi criado em 2009, e atende pacientes que recebem tratamento na área da saúde mental, devido a particularidades que exigem atenção, como ansiedade, stress contínuo, depressão, dependência química e

esquizofrenia, além de tratamento ambulatorial e auxílio as famílias. Com estas novas atribuições haverá a ampliação de suas competências, e resposta do município frente à demanda observada resultando em melhoria da qualidade de vida dos cidadãos com o atendimento das escolas municipais, estaduais e a escola especial, suprimindo a necessidade de avaliação psicoeducacional complementar.

1.13 PLANO DE IMPLANTAÇÃO

Para a implantação dos novos processos a serem destacados segundo o direcionamento documental da análise psicopedagógica para a elaboração do laudo do aluno e direcionamento da metodologia adequada a sua necessidade, é necessário adotar a capacitação e treinamento de profissionais para o atendimento da demanda existente, com a capacitação efetuada através do NRE e CEAOP, havendo uma noção global de todos os documentos e ações desenvolvidas.

Sendo necessário efetuar um levantamento do número de casos de municípios em idade escolar e que apresentam suspeitas de demanda por atendimento especial, para o direcionamento a instituição que irá desenvolver a avaliação, havendo possibilidade de separar os casos existentes segundo a natureza da especialidade, idade do aluno, série a qual pertence, tempo de reprovação, se houver, e grau de urgência de atendimento para o desenvolvimento de indicadores dentro do município, voltados ao atendimento dos cidadãos na área da saúde, neste caso destaca-se a saúde mental, atendimento de casos de indivíduos que demandam por atendimento especializado, progresso no desenvolvimento educacional dos indivíduos que compreendem o público alvo da sala de recursos multifuncionais tipo I e inclusão desses indivíduos no ambiente escolar e na sociedade como um todo.

Com análise dos casos que aguardam avaliação e do levantamento das demandas gerais do município, há possibilidade dentro das instituições de ensino do tratamento desta demanda observada, sendo executado de modo sazonal, pois no início do ano letivo serão tratados os casos identificados nos anos anteriores ou que aguardam por avaliação, com o auxílio de informações contidas no documento proposto, e os casos que surgirem nos primeiros bimestres do ano letivo, serão avaliados no segundo semestre do ano, pois anteriormente a avaliação complementar, ser faz necessária a elaboração da avaliação no contexto escolar

efetuada pelos profissionais das instituições de ensino, para melhor direcionar o diagnóstico e a intervenção a ser adotada.

Observando a intervenção do município no processo de ingresso de alunos e atendimento das necessidades de atendimento especializado no ensino público, bem como o envio da documentação do aluno das escolas de ensino fundamental anos finais e ensino médio para a continuidade de atendimento. A atribuição de competências ao CAPS poderá ser efetuada no momento de renovação contratual da empresa prestadora de serviços, contratada pela prefeitura municipal de Quatro Barras para a administração do CAPS e o atendimento populacional do segmento pretendido. Destacando o quanto antes o atendimento for iniciado, menor será o tempo de espera das famílias para o atendimento efetuado pelo CEAOP e maior será o período de atendimento das necessidades do aluno e seu atendimento não ficará restrito as instituições estaduais de ensino.

1.14 RECURSOS

Dentre os recursos necessários, destacam-se além da disponibilidade e ampliação da sala de recursos multifuncional, com a demanda dos casos a serem atendidos nas mesmas, sendo isto, responsabilidade das instituições de ensino em conformidade com o número de alunos e períodos atendidos, a disponibilização de profissionais para o atendimento dos alunos. Quando referente a escola estadual compete a SEED direcionar profissionais qualificados para assumir as funções necessárias. No caso das escolas municipais parte da responsabilidade é do município e outra é do Estado, seja através da prefeitura ou das secretarias.

A Mão de obra necessária poderá se obtida com o direcionamento de agentes ou concurso público, com foco municipal ou estadual, havendo possibilidade de recrutamento por meio de processo seletivo simplificado.

Os custos do atendimento complementar, realizado em toda a rede pública de ensino do município, poderão ser mensurados com a tomada de preços, entre as instituições interessada, que atuam neste segmento mercadológico ou que desenvolverão o trabalho junto ao CAPS, sendo necessário mensurar o custo individual das avaliações e global, bem como o levantamento do número de casos acumulados que aguardam por avaliação psicoeducacional, pois há possibilidade

de, diante a demanda a ser atendida, dos custos gerais sofrer alterações, representando numa diminuição de valores quando comparados a infra-estrutura necessária para o atendimento individual.

1.15 RESULTADOS ESPERADOS

Como resultado da maior capacitação e treinamento dos profissionais, se busca a diminuição do retrabalho processual das avaliações e relatórios, quando reenviados pelo NRE a instituição de ensino, situação relatada na página 34. E também, caso ocorra esta devolução devido alguma divergência ou falha documental, a diminuição do tempo de entrega dos documentos após as devidas correções.

Pretende-se destacar no município, além da ampliação de atendimento educacional especializado nas instituições de ensino, e da oferta do serviço pela rede municipal de atendimento a saúde e assistência, que outrora não havia relacionada à avaliação psicoeducacional dos estudantes da rede municipal, objetivando a diminuição no tempo de avaliação e ingresso do aluno na Sala de Recursos Multifuncionais – Tipo I. Procura-se como efeito destas ações a evolução do processo avaliativo, de modo a proporcionar continuidade e agilidade nas ações adotadas, bem como o aumento do número de alunos atendidos na sala de recursos multifuncional – Tipo I, nas escolas estaduais e municipais de Quatro Barras, alunos que apresentam documentos de avaliação e diagnóstico de suas necessidades, para que caso necessitem mudar de instituição se possa dar continuidade ao atendimento educacional especializado. E também progresso no desenvolvimento dos alunos com deficiências diante da inclusão em sala de aula comum, observando superação das dificuldades e aprimoramento cultural.

1.16 RISCOS OU PROBLEMAS ESPERADOS E MEDIDAS PREVENTIVO-CORRETIVAS

Como todo plano de ação a ser desenvolvido, o fracasso é uma variável a ser considerada. Através deste foco, ações contingenciais deverão ocorrer, sejam efetuadas pelas próprias instituições de ensino presentes no município ou através de outras as quais estas são subordinadas, pois os alunos da rede pública de ensino são consideravelmente prejudicados, pois suas necessidades educacionais não são

supridas e este fato exerce influencia sobre o desenvolvimento educacional do aluno em questão, influencia sobre o processo de aprendizagem dos demais alunos da sala de aula do ensino regular e interferência nos índices de aprovações e reprovações das instituições de ensino.

Diante da situação em que a integração da oferta do serviço de atendimento da avaliação psicoeducacional não ocorra, as avaliações que se fazem necessárias nas instituições de ensino serão desenvolvidas com meios particulares como já citado neste estudo ou então serão efetuadas através do CEAOP, diante do processo de triagem e direcionamento regional dos casos a serem atendidos, marcado pelo período de tempo de espera das avaliações, sendo este tempo após as alterações processuais do segundo semestre de 2013 ainda não mensurado.

Problemas relacionados à resistência a mudanças por parte dos profissionais poderão ocorrer, sendo assim, durante os processos de capacitação e treinamento, deverão ser expostos e enfatizados a necessidade de aperfeiçoamento do processo e de eficiência no trabalho desenvolvido. A exposição da experiência e a opinião dos profissionais da área é algo a ser considerado, durante os momentos de treinamento, pois através desse fato, há motivação e o envolvimento dos profissionais para com a cauda proposta pelo processo.

6. CONCLUSÃO

Considerando o tema da inclusão atualmente debatido em diversos meios, este se demonstra ativamente no ambiente relacionado à área da educação, sendo responsabilidade atribuída ao Estado, de manter e flexibilizar as estruturas institucionais para o atendimento do cidadão e acesso a educação e a assistência nesta área diante de necessidade por atendimento educacional especializado, seja por dificuldade de acompanhamento de conteúdos ou pela existência de deficiências que influenciam no processo. Este estudo tem entre seus objetivos ressaltar no município de Quatro Barras, tendo como foco a instituição conhecida como Escola Estadual Elias Abrahão a demanda existente e não atendida de alunos pertencentes à rede estadual de ensino que necessitam de atendimento especializado na Sala de Recursos Multifuncionais – Tipo I, descrevendo os processos atuais para o levantamento da necessidade, avaliação e atendimento do aluno, para que diante da atual morosidade, possa ser efetuado em menor tempo e possibilitando atendimento do aluno, visto possíveis reflexos negativos que poderão surgir frente a demora do acesso ao atendimento educacional especializado.

Após o levantamento de dados e documentos relacionados ao processo de avaliação dos alunos, juntamente com a mensura do tempo de cada processo houve a identificação de contingências processuais e a existência de momentos de retrabalhos que poderão ser evitados ou então atendidos de modo diferenciado, dos quais influenciam significativamente no tempo total do processo avaliativo e de direcionamento do aluno a Sala de Recursos Multifuncionais. Como também, a existência de um tempo de espera das famílias e alunos para o atendimento psicoeducacional complementar efetuado pelo CEAOP, tempo este resultante da quantidade demandada pelas instituições educacionais e a capacidade de atendimento do CEAOP.

Como ações alternativas para minimizar ou extinguir as interferências processuais, pode-se destacar nas instituições de ensino, principalmente a capacitação e treinamento dos profissionais envolvidos no atendimento especializado e na educação especial, e a possível adoção de um documento que reúna informações sobre o andamento de cada avaliação e relatório executado, minimizando o número de processos que retornam a instituição por falta de

documentos ou então para retrabalho das avaliações. Outros estudos poderão ser desenvolvidos futuramente, com o objetivo de aprimorar o processo, utilizando as informações contidas no documento sugerido neste estudo e diante da evolução proporcionada com o treinamento dos profissionais diretamente envolvidos.

Quanto aos processos externos a instituição de ensino, fator de considerável contribuição para agilizar o ingresso do aluno na SRM – Tipo I, é o direcionamento da avaliação complementar para instituições alternativas, como modelos já adotados em alguns municípios da região metropolitana de Curitiba. Onde com a implantação deste direcionamento processual, não somente será desviada parte da demanda existente do atendimento efetuado pelo CEAOP, como também será diminuído o tempo de espera observado para a avaliação complementar, e como benefícios previstos ao município, haverá maior número de alunos da rede de ensino estadual e municipal com laudos avaliativos com direcionamento metodológico educacional e sendo atendidos nas Salas de Recursos multifuncionais. O fato de o CEAOP direcionar sua demanda atendida a outros municípios que desenvolvem o atendimento avaliativo pode ser explorado por estudos futuros, visto a constante troca de informações e serviços entre estas instituições.

Com as considerações e levantamento de alternativas que poderão ser adotadas pelas instituições e pelo município de Quatro Barras, objetiva-se que o processo de atendimento dos alunos da rede pública de ensino possa ser agilizado e o tempo total do processo possa ser reduzido com a diminuição dos fatores que oferecem interferência.

7. REFERÊNCIAS

Acuidade visual, disponível em <<http://www.vejam.com.br/baixavisao-acuidade-visual/>>. Acesso em 10/11/2013.

AGNOL, Arlene Dall, **Modelo de Projeto para Sala Multifuncional**, Disponível em: <<http://educadoraespecial.blogspot.com.br/2011/02/projeto-de-uma-sala-multifuncional.html>>. Acesso em: 10/09/2013.

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL, **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/93163/decreto-6571-08>>. Acesso em: 19/09/2013.

BRASIL, **Decreto nº 3298 de 20 de Dezembro de 1999, artigo 3º, inciso I**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 25/07/2013.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

Distrito Federal, **Diário Oficial do Distrito Federal DODF**, 12/03/2012 Pg. 5. Seção 01. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/35174274/dodf-secao-01-12-03-2012-pg-5>>. Acesso em: 25/07/2013.

ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 8, 2013, Londrina, **A experiência de avaliação psicoeducacional em contextos escolares da rede estadual de ensino de Curitiba e região metropolitana, 2013**, SEED-PR

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. **Quatro Barras**. Disponível em: <<http://informacoesdobrasil.com.br/dados/parana/quatro-barras/censo-demografico-2010/>>. Acesso em: 17/07/2013.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, **Quatro Barras**. 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil/quatro-barras_pr>. Acesso em: 05/08/2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. BRASIL. **Diferentes Diferenças: Educação de qualidade para todos**. São Paulo: Editora Publisher Brasil, 2006.

Ministério da Educação, **Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais**, Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17430&Itemid=817>. Acesso em: 12/08/2013.

Ministério da Educação, **Secretaria de Educação Continuada**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=816>. Acesso em: 15/08/2013.

PARANÁ, **Deliberação do Conselho Estadual de Educação nº 02, 2003**

Projeto sócio educacional vai diagnosticar problemas de aprendizagem das crianças, Quatro Barras, Disponível em: <http://www.quatrobarras.pr.gov.br/index.php?area=ler_noticia&id=1219>. Acesso em 01/10/2013.

Secretaria da Educação, **Encontro de Avaliação Psicoeducacional**.Paraná,2013 Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=4882>>.Acesso em: 01/11/2013.

Secretaria da Educação, **Consulta Escolas**, Paraná. Disponível em:
<<http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas/f/fcls/escola/visao>>. Acesso em: 20/09/2013.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 2/12/2013

ANEXOS
ANEXO A - INSTRUÇÃO Nº 016/2011 – SEED/SUED



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

INSTRUÇÃO Nº 016/2011 – SEED/SUED

Estabelece critérios para o atendimento educacional especializado em **SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL TIPO I**, na **Educação Básica** – área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos.

A Superintendente da Educação, no uso de suas atribuições e, considerando:

- a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96;
- o Decreto Federal Nº 7611, de 17 de novembro de 2011;
- e os preceitos legais que regem a Educação, emite

1. DEFINIÇÃO

Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica é um atendimento educacional especializado, de natureza pedagógica que complementa a escolarização de alunos que apresentam deficiência Intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, matriculados na Rede Pública de Ensino.

2. OBJETIVO

Apoiar o sistema de ensino, com vistas a complementar a escolarização de alunos com deficiência Intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, matriculados na Rede Pública de Ensino.

3. ALUNADO

Alunos matriculados na rede pública de ensino com:

- 3.1 Deficiência intelectual:** Em conformidade com a Associação Americana de Retardo Mental, alunos com deficiência intelectual são aqueles que possuem incapacidade caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

comportamento adaptativo e está expresso nas habilidades práticas, sociais e conceituais, originando-se antes dos dezoito anos de idade.

3.2 Deficiência física neuromotora: aquele que apresenta comprometimento motor acentuado, decorrente de sequelas neurológicas que causam alterações funcionais nos movimentos, na coordenação motora e na fala, requerendo a organização do contexto escolar no reconhecimento das diferentes formas de linguagem que utiliza para se comunicar ou para comunicação.

3.3 Transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicose) e transtornos invasivos sem outra especificação.

3.4 Transtornos funcionais específicos: Refere-se a funcionalidade específica (intrínsecas) do sujeito, sem o comprometimento intelectual do mesmo. Diz respeito a um grupo heterogêneo de alterações manifestadas por dificuldades significativas: na aquisição e uso da audição, fala, leitura, escrita, raciocínio ou habilidades matemáticas, na atenção e concentração.

4. CRITÉRIOS PARA ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL

A Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica deverá obrigatoriamente estar contemplada no Projeto Político-Pedagógico e Regimento da Escola, funcionará com características próprias em consonância com as necessidades específicas do aluno nela matriculado.

4.1 Quanto à carga horária:

- a) Nas **instituições estaduais**, cada Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica terá autorização para funcionamento de 20 horas/aulas semanais, sendo 16 horas/aula para efetivo trabalho pedagógico e 4 (quatro) horas-atividade do professor, de acordo com a legislação vigente.
- b) Nas **escolas municipais**, cada Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica terá autorização de funcionamento de 20 horas/relógio semanais.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

A carga-horária reservada para hora-atividade do professor deve respeitar a normatização da mantenedora.

4.2 Quanto aos recursos materiais

A Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica deve ser organizada com materiais didáticos de acessibilidade, recursos pedagógicos específicos adaptados, equipamentos tecnológicos e mobiliários. Entre estes destacam-se os jogos pedagógicos que valorizem os aspectos lúdicos, estimulem a criatividade, a cooperação, a reciprocidade e promovam o desenvolvimento dos processos cognitivos.

4.3 Quanto ao número de alunos

O número máximo é de 20 (vinte) alunos com atendimento por cronograma, para cada Sala de Recursos Multifuncional - Tipo I, na Educação Básica.

4.4 Quanto ao cronograma de atendimento

- a) O horário de atendimento ao aluno, na Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica deverá ser em período contrário ao que este está matriculado e frequentando a classe comum.
- b) O atendimento educacional especializado deverá ser realizado por cronograma. Poderá ser individual ou em grupos, de forma a oferecer o suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos alunos, consonante a área específica, favorecendo seu acesso ao conhecimento.
- c) O cronograma de atendimento deve ser flexível, organizado e reorganizado sempre que necessário de acordo com as necessidades educacionais dos alunos.
- d) No cronograma deve constar um horário para realização do trabalho colaborativo com professores do ensino regular e família.
- e) A Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica deverá atender os alunos matriculados da escola onde está autorizada, assim como alunos de outras escolas públicas da região.
- f) Outras possibilidade de organização do cronograma deverão ter anuência da direção e equipe pedagógica do estabelecimento de ensino, devidamente registrada em ata, com vistas a atender as necessidades e especificidades de cada localidade.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

4.5 Quanto à frequência

- a) O aluno frequentará a Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica o tempo necessário para superar as dificuldades e obter êxito no processo de aprendizagem na classe comum.
- b) O número de atendimento pedagógico deverá ser de 2 (duas) a 4 (quatro) vezes por semana, não ultrapassando 2 (duas) horas/aula diárias.
- c) O professor da Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica deverá registrar o controle de frequência dos alunos em Livro de Registro de Classe próprio do sistema.
- d) O horário de atendimento da Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica deverá seguir a estrutura e funcionamento da escola onde está autorizada.

4.6 Quanto à documentação

- a) Cabe à secretaria da escola que mantém a Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica, a responsabilidade sobre a documentação do aluno.
- b) Na pasta individual do aluno, além dos documentos exigidos para a classe comum, deverá conter os relatórios de avaliação psicoeducacional no contexto escolar que indicou este atendimento especializado e relatório pedagógico do aluno, elaborado a partir do conselho de classe, conforme regimento escolar.
- c) Quando o aluno frequentar a Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica em escola diferente ao da classe comum, esta deverá constar na pasta individual a documentação citada no item anterior, vistada pela equipe técnico-pedagógica de ambas as escolas.
- d) No histórico escolar não deverá constar que o aluno frequentou Sala de Recursos Multifuncional - Tipo I, na Educação Básica.
- e) Para transferência do aluno, além dos documentos da classe comum, deverão ser acrescentadas cópias do relatório de avaliação psicoeducacional no contexto escolar e o relatório pedagógico.

4.7 Quanto à Matrícula e Desligamento

- a) As instituições deverão matricular o aluno no Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE, de acordo com os códigos próprios do serviço.
- b) Todas as escolas deverão registrar o aluno público-alvo da Educação Especial da Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica, no Censo Escolar MEC/INEP.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

- c) O desligamento do aluno da Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica deverá ser formalizado por meio de relatório pedagógico elaborado pelo professor especializado, juntamente com a equipe pedagógica, devendo ficar arquivado na pasta individual do aluno.

5 CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

5.1 Plano de Atendimento Educacional Especializado - é uma proposta de intervenção pedagógica a ser desenvolvida de acordo com a especificidade de cada aluno. Será elaborado a partir das informações da avaliação psicoeducacional no contexto escolar, contendo objetivos, ações/atividades, período de duração, resultados esperados, de acordo com as orientações pedagógicas da SEED/DEEIN.

5.2 Ação pedagógica

O trabalho pedagógico a ser desenvolvido na Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica deverá partir dos interesses, necessidades e dificuldades de aprendizagem específicas de cada aluno, oferecendo subsídios pedagógicos, contribuindo para a aprendizagem dos conteúdos na classe comum e, utilizando-se ainda, de metodologias e estratégias diferenciadas, objetivando o desenvolvimento da autonomia, independência e valorização do aluno. O trabalho pedagógico deverá ser realizado em 3 eixos:

a) **Eixo 1 - Atendimento individual:**

- **Sala de Recursos Multifuncional tipo I, na Educação Básica – anos iniciais:** trabalhar o desenvolvimento de processos educativos que favoreçam a atividade cognitiva (áreas do desenvolvimento).
- **Sala de Recursos Multifuncional tipo I, na Educação Básica – anos finais:** trabalhar o desenvolvimento de processos educativos que favoreçam a atividade cognitiva (áreas do desenvolvimento) e os conteúdos defasados dos anos iniciais, principalmente de leitura, escrita e conceitos matemáticos.
- **Sala de Recursos Multifuncional tipo I, na Educação Básica – ensino médio:** trabalhar o desenvolvimento de processos educativos, que favoreçam a atividade cognitiva e os conteúdos defasados, principalmente de leitura, escrita e conceitos matemáticos.

b) **Eixo 2 - Trabalho colaborativo com professores da classe comum**



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

Tem como objetivo desenvolver ações para possibilitar o acesso curricular, adaptação curricular, avaliação diferenciada e organização estratégias pedagógicas de forma a atender as necessidades educacionais especiais dos alunos.

c) **Eixo 3 - Trabalho colaborativo com a família**

Tem como objetivo possibilitar o envolvimento e participação desta no processo educacional do aluno.

5.3 Avaliação de Ingresso

Se efetiva a partir da avaliação psicoeducacional no contexto escolar, que possibilita o reconhecimento das necessidades educacionais especiais dos alunos com indicativos de:

- a) **deficiência intelectual**, a avaliação inicial deverá ser realizada pelo professor de Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I e/ou pedagogo da escola. Deverá focar aspectos relativos à aquisição da língua oral e escrita, interpretação, produção de textos, sistemas de numeração, cálculos, medidas, entre outros, bem como as áreas do desenvolvimento, considerando as habilidades adaptativas, práticas sociais e conceituais, acrescida necessariamente de parecer psicológico com o diagnóstico da deficiência.
- b) **deficiência física neuromotora**, a avaliação inicial deverá ser realizada pelo professor de Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I e/ou pedagogo da escola. Deverá focar aspectos relativos à aquisição da língua oral e escrita, interpretação, produção de textos, sistemas de numeração, cálculos, medidas, entre outros, bem como as áreas do desenvolvimento, considerando ainda, a utilização da comunicação alternativa para escrita e/ou para fala, recursos de tecnologias assistivas e práticas sociais, acrescida de parecer de fisioterapeuta e fonoaudiólogo. Em caso de deficiência intelectual associado, complementar com parecer psicológico.
- c) **transtornos globais do desenvolvimento**, a avaliação inicial deverá ser realizada pelo professor de Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I e/ou pedagogo da escola. Deverá focar aspectos relativos à aquisição da língua oral e escrita, interpretação, produção de textos, sistemas de numeração, cálculos, medidas, entre outros, bem como as áreas do desenvolvimento, acrescida necessariamente por psiquiatra ou neurologista e complementada quando necessário, por psicólogo.
- d) **transtornos funcionais específicos**: a avaliação inicial deverá ser realizada pelo professor de Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I e/ou pedagogo da escola, sendo:



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO**

- **Distúrbios de aprendizagem** – (*dislexia, disortografia, disgrafia e discalculia*), deverá focar aspectos relativos à aquisição da língua oral e escrita, interpretação, produção de textos, sistemas de numeração, cálculos, medidas, entre outros, bem como as áreas do desenvolvimento, acrescida de parecer de especialista em psicopedagogia e/ou fonoaudiológico e complementada quando necessário, por psicólogo.
- **Transtornos do déficit de atenção e hiperatividade** – **TDA/H**, deverá focar aspectos relativos à aquisição da língua oral e escrita, interpretação, produção de textos, sistemas de numeração, cálculos, medidas, entre outros, bem como as áreas do desenvolvimento, acrescido de parecer neurológico e/ou psiquiátrico e complementada quando necessário, por psicólogo.

5.4 Requisitos de ingresso na Sala de Recursos Multifuncional - tipo I, na Educação Básica

a) Sala de Recursos Multifuncional - tipo I, anos iniciais

- Alunos que nunca frequentaram serviços da Educação Especial: avaliação psicoeducacional no contexto escolar, conforme item 5.3.
- Alunos egressos de Classe Especial ou Escola de Educação Especial: realizar apenas a avaliação pedagógica com vistas a atualização do Plano de Atendimento Educacional Especializado (item 5.1).

b) Sala de Recursos Multifuncional - tipo I, anos finais

- Alunos que nunca frequentaram serviços da Educação Especial: avaliação psicoeducacional no contexto escolar, conforme item 5.3.
- Alunos egressos de Sala de Recursos Multifuncional (Tipo I) anos iniciais, Classe Especial ou Escola de Educação Especial: realizar apenas a avaliação pedagógica com vistas a atualização do Plano de Atendimento Educacional Especializado (item 5.1).

c) Sala de Recursos Multifuncional - tipo I, ensino médio

- Alunos egressos de Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, anos finais do ensino fundamental.
- Realizar apenas a avaliação pedagógica com vistas a atualização do Plano de Atendimento Educacional Especializado (item 5.1).

5.5 O processo de avaliação psicoeducacional no contexto escolar deverá ser orientado e vistado pela equipe de Educação Especial do NRE



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO**

6 ACOMPANHAMENTO

6.1 A avaliação processual na Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica objetiva acompanhar o desenvolvimento do aluno e traçar novas possibilidades de intervenção pedagógica. O desenvolvimento do aluno deverá ser observado/analísado no contexto comum de ensino e no atendimento educacional especializado.

6.2 Os avanços acadêmicos do aluno tanto na classe comum como na Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica, devem estar registrados em relatório pedagógico, elaborado a partir do parecer dos professores das disciplinas no conselho de classe.

6.3 A frequência do aluno na Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica, deverá ser registrada no Livro de Registro de Classe próprio do Atendimento Educacional Especializado - AEE.

7 ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL – TIPO I, EDUCAÇÃO BÁSICA

- a) Identificar as necessidades educacionais especiais dos alunos.
- b) Participar da avaliação psicoeducacional no contexto escolar dos alunos com indicativos de deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento, e transtornos funcionais específicos, em conformidade com as orientações da SEED/DEEIN.
- c) Elaborar Plano de Atendimento Educacional Especializado, com metodologia e estratégias diferenciadas, organizando-o de forma a atender as intervenções pedagógicas sugeridas na avaliação psicoeducacional no contexto escolar.
- d) Organizar cronograma de atendimento pedagógico individualizado ou em pequenos grupos, devendo ser reorganizado, sempre que necessário, de acordo com o desenvolvimento acadêmico e necessidades do aluno, com participação da equipe pedagógica da escola e família.
- e) Registrar sistematicamente todos os avanços e dificuldades do aluno, conforme plano de atendimento educacional especializado e interlocução com os professores das disciplinas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

- f) Orientar os professores da classe comum, juntamente com a equipe pedagógica, na flexibilização curricular, avaliação e metodologias que serão utilizadas na classe comum.
- g) Acompanhar o desenvolvimento acadêmico do aluno na classe comum, visando à funcionalidade das intervenções e recursos pedagógicos trabalhados na Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica.
- h) Realizar um trabalho colaborativo com os docentes das disciplinas no desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.
- i) Desenvolver um trabalho colaborativo junto às famílias dos alunos atendidos na Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica com o objetivo de discutir e somar as responsabilidades sobre as ações pedagógicas a serem desenvolvidas.
- j) Participar de todas as atividades previstas no calendário escolar, especialmente no conselho de classe.
- k) Produzir materiais didáticos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos alunos e os desafios que estes vivenciam no ensino comum a partir da proposta pedagógica curricular.
- l) Registrar a frequência do aluno Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica em livro de chama próprio do AEE.

8. CRITÉRIOS PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO/RENOVAÇÃO E/OU CESSAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL – TIPO I, NA EDUCAÇÃO BÁSICA

8.1A direção da escola deve garantir espaço físico.

8.2Alunos avaliados conforme orientações pedagógicas da SEED/DEEIN, regularmente matriculados e frequentando sala comum na Educação Básica da rede pública de ensino.

8.3 Professor especializado em cursos de pós-graduação em educação especial ou licenciatura plena com habilitação em educação especial ou habilitação específica em nível médio, na extinta modalidade de estudos adicionais e atualmente na modalidade normal.

8.4 Protocolar a documentação exigida de acordo com as orientações da SEED/CEF/DEEIN.



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO**

8.5 Encaminhar o protocolado para SEED/DEEIN para análise pedagógica e providências.

Curitiba 22 de novembro de 2011.

Meroujy Giacomassi Cavet
Superintendente da Educação

ANEXO B - ENTREVISTA COM OS PAIS OU RESPONSÁVEIS

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO EDUCACIONAL
CENTRO ESTADUAL DE AVALIAÇÃO E ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA

ENTREVISTA COM OS PAIS OU RESPONSÁVEIS**I – IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO**

Nome: _____

Escola: _____ Telefone: _____

Data de nascimento: ___/___/___ Idade: _____

Naturalidade: _____

Nome do pai: _____

Profissão: _____ Idade: _____

Nome da mãe: _____

Profissão: _____ Idade: _____

Endereço residencial: _____

Fone: _____

II – COMPOSIÇÃO FAMILIAR

NOME	IDADE	SEXO	ESTADO CIVIL	GRAU DE PARENTESCO	INSTRUÇÃO	LOCAL DE TRABALHO

Religião/credo?

Observações: _____

OBS: Anexar cópias dos laudos, exames, receitas médicas de uso contínuo, avaliações anteriores que eventualmente o aluno tenha realizado.

III – QUEIXA OU MOTIVO DE ENCAMINHAMENTO

Idade em que foi constatado o problema: _____

Providência tomada na ocasião:

IV – ANTECEDENTES PESSOAIS

Concepção: (Se a criança foi desejada, se concebida para salvar ou consolidar um relacionamento, posição da criança na ordem das gestações e dos nascimentos, abortos...)

Idade dos pais na época da gravidez

MÃE: _____

PAI: _____

Gestação: (Hemorragias, ameaças de abortos, vômitos, enfermidades da mãe, intoxicações, exposição a Raio-X duração da gestação, medicamentos que fez uso, alguma intercorrência orgânica ou emocional no transcorrer da gestação, traumatismos abdominais, trabalho de parto prematuro, necessidade de fazer repouso e/ou usar medicação uterolítica, contato com doenças infecciosas, uso de medicamentos sem saber que estava grávida, entre outras).

- Nascimento: (parto normal, espontâneo ou induzido, fórceps, cesariana - indicação da mãe ou fetal, muito rápido ou demorado, se a criança chorou logo, se nasceu roxa, se necessitou de oxigênio, de incubadeira, houve incompatibilidade sangüínea, peso e tamanho ao nascer, reflexos de sucção. Fez Teste do Pezinho, Apgar, icterícia, entre outros.)

V – DESENVOLVIMENTO

- Sono: (calmo, agitado, fala durante o sono, sonambulismo, bruxismo, terror noturno, tipo da respiração enquanto dorme...)

- Alimentação: (período em que foi amamentado no seio/mamadeira, reações à introdução de outros tipos de alimentação, falta de apetite, alimenta-se em excesso, normal...)

- Linguagem: (Em que idade se deu o balbucio, as primeiras palavras/frases com significado e quando formou frases, defeitos de linguagem, gagueira...)

- Desenvolvimento Psicomotor: (Idade em que sustentou a cabeça, quando sentou com e sem apoio, quando engatinhou, quando ficou em pé com e sem apoio, quando caminhou com e sem apoio, idade em que controlou os esfíncteres – vesical e anal diurno e noturno, preferência manual,...)

VI – SOCIABILIDADE (Faz amigos(as) com facilidade, mantém os relacionamentos, brinca – como, quando e com quem, atividade de lazer, comportamento nos ambientes em geral...)

VII – DOENÇAS, ATENDIMENTOS MÉDICOS E COMPLEMENTARES (Quais doenças foram contraídas pela criança, convulsões, em que idade ocorreu, qual a intensidade – leve/moderada/severa, acidentes, cirurgia, tratamento médico, usa medicação, vacinas, exames, laudos, pareceres, encontra-se em acompanhamento dentário, psicológico, fonoaudiológico, fisioterápico...)

VIII – MANIPULAÇÃO E HÁBITOS (Fez uso de chupeta, chupa o dedo, algum tique, morde os lábios, rói unhas, auto-agressão, quando e por quanto tempo...)

IX – ATIVIDADES DE VIDA DIÁRIA

Hábitos de higiene (toma banho sozinho, se veste, calça meia, amarra o sapato, se penteia, escova os dentes regularmente (sozinho ou com ajuda), têm cuidados com sua aparência pessoal e vestuário...)

Responsabilidade por tarefas no lar (especificar)

X – DINÂMICA FAMILIAR

- Com quem a criança reside: _____
- Relacionamento dos pais entre si: _____
- _____
- Relacionamento dos pais com os filhos: _____
- _____
- Relacionamento entre os filhos: _____
- _____
- Relacionamento geral entre os familiares: _____
- _____

XI – ANTECEDENTES FAMILIARES (doenças, deficiências, vícios, grau de parentesco, idade em que ocorreu, situação atual...)

XII – RENDIMENTO ESCOLAR (necessita de auxílio na execução de tarefas escolares, em casa, quais as disciplinas que apresenta facilidades, quais apresenta dificuldades, quais as áreas de maior habilidade,...)

Frequência à escola (é assíduo, gosta de vir, ir)

XIII – RELACIONAMENTO NA ESCOLA

- Com os colegas: _____
- Com os professores: _____
- _____
- Com outros funcionários da escola: _____
- Participação em atividades extra-classe: _____
- _____

XIV – SEXUALIDADE

- Em relação a si mesmo: _____
- Atitude dos pais: _____
- _____
- A família tem algo a acrescentar? _____
- _____

XV – OBSERVAÇÕES

Responsável pelas informações prestadas (pai, mãe, tia, avó...)?

Local e Data:

_____, ____/____/____

Pedagogo(a):

Nome:

ANEXO C - IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO

AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

(Profissionais da Escola)

I – Identificação da Escola:

1- Escola:-----
 Área-----Núcleo-----Setorização:-----
 Nome do Diretor (a)-----
 Endereço:-----nº-----Bairro-----
 Telefone:-----E-MAIL:-----@-----
 Sala de recurso:-----
 Coordenação pedagógica:-----Horário-----

2- Identificação do aluno:

Aluno: _____
 D.N.: ____/____/____ Idade: ____ anos Série: ____ Nº
 Repetências: _____
 Filiação: Pai _____
 Mãe _____

II- Dados de Observação:

Queixa Principal (Relato do(s) Professor (es): fatores que têm contribuído para as dificuldades do aluno):

2. Descreva as estratégias utilizadas para sanar as dificuldades acadêmicas e defasagens encontradas (intervenções realizadas pelo(s) professor(es) e equipe pedagógica):

3. Caso o aluno tenha necessidades educacionais especiais, descrevê-las:(Apontar os encaminhamentos realizados na área da saúde)

III - Áreas a serem avaliadas: (Os professores de todas as áreas devem descrever no espaço ao lado se for necessário, dados relevantes a cada itemmencionado)

	Sempre	Às Vezez	Nunca	Observações
Comportamento				
1. Relacionamento com os professores.				
2. Relacionamento com os colegas.				
3. Faz uso de hábitos de polidez.				
4. Comporta-se devidamente na hora da entrada e saída.				
5. Sabe esperar sua vez de falar.				
6 .Realiza as tarefas de casa, entregando-as nos prazos determinados				
7. É disciplinado e interessado na aprendizagem.				
8. É participativo.				
9. Demonstra segurança.				
10. Demonstra agressividade.				
11. Respeita regras e ordens.				
12. É solidário com os colegas				
13. É aceito pelos colegas.				
Habilidades				
1. Demonstra perseverança nas atividades propostas.				
2. É criativo.				
3. Realiza as atividades com ritmo adequado (inicia e termina no tempo previsto).				
4. Comunica-se com clareza e seqüência lógica.				
5. Seu vocabulário e linguagem estão apropriados para sua idade.				
6. Seu vocabulário e linguagem estão apropriados para sua idade.				
7. Necessita de ajuda na execução das atividades.				
8 Memória e seqüência lógica – retenção de conteúdo.				
9. Organização de idéias e pensamentos.				
Área Acadêmica - Linguagem :				
1. É capaz de expor suas idéias verbalmente, de forma clara argumentando em defesa das mesmas.				

2. Procura adequar sua fala a diferentes interlocutores em diferentes situações sociais.				
3. Interpreta histórias lidas e ouvidas, buscando as idéias principais dos textos.				
4. Emprega estruturas gramaticais variadas para expressar-se com razoável fluência.				
Área Acadêmica - Escrita:				
1. Sabe para que serve a escrita (orientar, informar, divertir, instruir, registrar, etc...)				
2. Percebe a relação entre escrita e a fala				
3. Reconhece as letras do alfabeto utilizando-as na escrita.				
4. Escreve de forma que possa ler, ainda que não escreva ortograficamente.				
5. Escreve textos com pontuação ou ortografia convencional utilizando os recursos do sistema de pontuação.				
6. Escreve corretamente seu nome completo, utilizando-o como identificador de seus trabalhos e pertences.				
7. Utiliza o dicionário adequadamente quando solicitado, para melhor compreensão de textos lidos.				
8. Utiliza letra maiúscula no início de períodos e em nomes próprios.				
9. Produz texto coerente com o tema, seqüência lógica, paragrafação.				

MATEMÁTICA - Números e operações				
1. Lê, escreve números naturais, ordena e relaciona à quantidade.				
2. Faz seriação numérica, contagem de 1 em 1, de 2 em 2, etc...				
3. Tem noção de antecessor/ sucessor, par/ ímpar, igualdade/ desigualdade, ordem crescente/ decrescente.				
4. Realiza operações de adição e subtração, com reservas e recursos.				
5. Realiza operações de divisão e multiplicação simples e complexas.				
6. Faz cálculo mental.				
7. Elabora e resolve situações problemas, utilizando diferentes processos.				
8. Interpreta dados apresentados por meio de tabelas e gráficos.				
9. Constrói gráficos e tabelas a partir de informações coletadas.				
10. Produz textos escritos, para comunicar a interpretação dos gráficos e tabelas.				
11. Interpreta e constrói média aritmética .				
12. Compreende e utiliza as regras do S.N.D. para leitura, escrita, comparação e ordenação de números naturais.				

13. Compreende, lê e representa número racional na forma decimal.				
14. Compreende o significado de fração.				
15. Representa frações de diferentes modos (lendo, escrevendo, desenhando).				
16. Relaciona porcentagem com número decimal e com a escrita fracionária.				
17. Efetua as quatro operações envolvendo números naturais				
18. Faz cálculos e subtração de números racionais.				
19. Elabora e resolve situações-problema envolvendo números naturais e racionais.				
20. Faz cálculo simples de porcentagem.				

MATEMÁTICA – Espaço e Forma	
1. Descreve, interpreta e representa a posição de uma pessoa ou objeto no espaço, de diferentes pontos de referência.	
2. Reconhece semelhanças e diferenças entre poliedros (prismas, pirâmides e outros) e identifica as faces, arestas e vértices.	
3. Classifica polígonos em quadriláteros, triângulos e outros.	
4. Representa por desenhos as figuras planas	
5. Faz composição de figuras tridimensionais	
6. Classifica figuras planas em polígonos e não-polígonos.	
	OBSERVAÇÕES
EDUCAÇÃO FÍSICA	
1. Consciência corporal (esquema corporal e conceito).	
2. Coordenação motora global (andar, correr, pular)	
3. Orientação espaço temporal (em cima, em baixo, longe , perto).	
4. Movimentos globais Estáticos (ficar em pé, em um pé só, de olhos fechados e abertos).	
5. Equilíbrio (Andar em linha reta, pé ante pé, descer e subir escadas...) .	
6. Lateralidade(esquerda/ direita , dominância das mãos e dos pés, dos olhos).	

CIÊNCIAS
HISTÓRIA
ARTES
Coordenação motora fina (manipulação do lápis e papel, apreensão do lápis, pressão do traçado na folha, utilização da tesoura, etc....)
GEOGRAFIA
INGLÊS
ENSINO RELIGIOSO

Local e Data:

_____.

- *Anexar o boletim de frequência do aluno*

Equipe Avaliadora:

Nome:

Função/Cargo:

ANEXO D- FICHA DE INTERESSE SOCIAL**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO****FICHA DE INTERESSE SOCIAL**

1. Qual é o seu nome? Tem algum apelido? Como você prefere que te chamem?

2. Quantos anos você tem? _____

3. Qual a data do seu aniversário? _____

4. Como é o nome do seu pai? Idade? Trabalho? _____

5. Como é o nome de sua mãe? Idade? Trabalho? _____

6. Você tem irmãos? Quantos? _____

7. Onde você mora? _____

8. O que você faz para se ocupar quando não está na escola?

9. Qual teu esporte favorito? _____

10. Quais são seus jogos preferidos? _____

11. Que tipos de filmes e desenhos você gosta de assistir? Por quê?

12. Você gosta de música? (cantor, música) _____

13. Você costuma passear? Onde? _____

14. Você faz uso de recursos tecnológicos (celular, computador)? _____

Onde? _____

Em que sites costuma navegar? _____

15. Qual a sua comida preferida? _____

16. O que é que você faz muito bem? _____

17. Você ajuda em casa? Que tipo de ajuda? _____

18. Qual o nome de seu colégio e o ano que você frequenta? _____

19. Você gosta de estudar? Por quê? _____

20. O que você mais gosta de fazer na escola e o que não gosta? _____

21. Tem amigos na escola? O que fazem juntos? _____

22. Qual é o nome do professor (a) de sua preferência? _____

23. Qual é a disciplina dele (a)? _____

24. Qual a profissão que você pretende seguir? _____

25. Qual é seu maior desejo? _____

26. Em sua opinião, o que o (mundo, país, estado, cidade, bairro) está precisando fazer para se tornar ainda melhor?

_____, _____
(Local e data)

ANEXO E - SUGESTÕES DE ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS DO ALUNO

ÁREA COGNITIVA:

Presta atenção nas aulas ou é dispersivo.

Realiza atividades de sala de aula de forma independente ou necessita de ajuda do professor ou colegas.

Persiste na realização das tarefas ou desiste diante da primeira dificuldade.

Necessita de explicações complementares para realização das atividades propostas com vistas a assimilação/compreensão dos conteúdos.

Demonstra atitude positiva ou negativa em relação aos conteúdos acadêmicos.

Apresenta facilidade na expressão verbal.

Demonstra criatividade de pensamento.

Sensibilidade artística.

Demonstra preferência por algumas atividades específicas.

Resolve problemas do seu cotidiano.

ÁREA AFETIVA

- Demonstra interesse e iniciativa para realização das atividades acadêmicas.
- Reações diante as frustrações.
- Controla suas emoções.
- Auto-imagem (positiva ou negativa, cuidados pessoais, aparência...).
- Características de humor.
- Manifestações afetivas (carinhoso, agressivo...).

RELACIONAMENTO INTERPESSOAL

- Tem facilidade para fazer amigos.
- Respeita os colegas e os professores.
- É cooperativo.
- Respeita as regras e normas estabelecidas.

RELACIONAMENTO INTRAPESSOAL

- Mantêm em ordem seus pertences (cadernos e materiais em geral).
- Higiene pessoal, auto-cuidado.
- Executa as tarefas solicitadas.
- Atitudes diante das diferentes situações vivenciadas.
- Assume responsabilidades delegadas.

ÁREA MOTORA

- Coordenação global dinâmica e estática.
- Coordenação motora fina.
- Postura (sentar, andar...).
- Apresenta agitação motora.
- Tiques motores.

(Local e data)

ANEXO F - OBSERVAÇÃO DO MATERIAL ESCOLAR**I. IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO:**

Nome _____

Data de nascimento: _____/_____/_____

II. CADERNO**a) Organização**

Separa atividades de forma organizada? (com sinal, pula linha, traço, cores).

 sim não

Coloca títulos nos diferentes conteúdos?

 sim não

Respeita margens?

 sim não**b) Limpeza**

- Faz uso da borracha?

 sim não

- Cancela as atividades rabiscando?

 sim não

- Mancha a folha quando apaga?

 sim não

- Rasga a folha com a borracha?

 sim não

- Dobra as pontas da folha do caderno?

 sim não

- Faz riscos indevidos no caderno durante as atividades?

 sim não**c) Letra**

- A letra é:

 angulosa redonda

- Tamanho da letra:

 pequena média grande

- Separa adequadamente as palavras?
() sim () não
- Os espaços entre as letras na constituição das palavras são proporcionais?
() sim () não
- Usa letras caixa alta e manuscritas conjuntamente?
() sim () não
- A pressão do lápis é adequada?
() sim () não

III. LÍNGUA PORTUGUESA

a) Ortografia

- Letras:
() inversão () troca de letras () acréscimos () omissão
- Sílabas:
() inversão () troca de letras () acréscimos () omissão
- Palavras:
() inversão () troca de letras () acréscimos () omissão

b) Gramática

- Emprega adequadamente:
pontuação () sim () não
acentuação () sim () não
concordância gênero () sim () não
concordância número () sim () não
concordância grau () sim () não

c) Produção escrita

- Estrutura logicamente as ideias (introdução, desenvolvimento e conclusão)?
() sim () não
- Utiliza-se de vocabulário adequado a idade/série?
() sim () não
- Apresenta ideias criativas, de acordo com o tema proposto?
() sim () não

VI. MATEMÁTICA

a) Número

- Faz inversão na escrita dos numerais?

() sim () não

- Estabelece relação número e quantidade?

() sim () não

b) Operações

- Resolve adição sem reagrupamento?

() sim () não

- Resolve adição com reagrupamento?

() sim () não

- Resolve subtração sem reagrupamento?

() sim () não

- Resolve subtração com reagrupamento?

() sim () não

- Resolve multiplicação?

() sim () não

- Resolve divisão?

() sim () não

c) Resolução de problemas

- Compreende a ideia principal do problema?

() sim () não

- Utiliza-se de estratégias para resolução do problema?

() sim () não

- Na resolução de problemas constrói o significado das quatro operações?

() sim () não

Observações Complementares:

_____, _____
(Data e local)

ANEXO G - ÁREAS DO DESENVOLVIMENTO

I. IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO:

Nome _____

Data de nascimento: ____/____/____

II. ÁREA COGNITIVA: (Presta atenção nas aulas ou é dispersivo; realiza atividades de sala de aula de forma independente ou necessita de ajuda do professor ou colegas; persiste na realização das tarefas ou desiste diante da primeira dificuldade; necessita de explicações complementares para realização das atividades propostas com vistas à assimilação/compreensão dos conteúdos; demonstra atitude positiva ou negativa em relação aos conteúdos acadêmicos; apresenta facilidade na expressão verbal; demonstra criatividade de pensamento; sensibilidade artística; demonstra preferência por algumas atividades específicas; resolve problemas do seu cotidiano e relacionados ao conhecimento linguístico e lógico-matemática; entre outros).

III. ÁREA AFETIVA: (Demonstra interesse e iniciativa para realização as atividades acadêmicas; reações diante as frustrações; controla suas emoções; auto-imagem - *positiva ou negativa, cuidados pessoais, aparência, entre outros* -; características de humor; ajusta-se as normas escolares; manifestações afetivas - *carinhoso, agressivo, entre outros*).

IV. RELACIONAMENTO INTERPESSOAL: (Tem facilidade para fazer amigos; respeita os colegas e os professores; é cooperativo; respeita as regras e normas estabelecidas, entre outros).

V. RELACIONAMENTO INTRAPESSOAL: (Mantêm em ordem seus pertences - *cadernos e materiais em geral* -; higiene pessoal, autocuidado; executa as tarefas solicitadas; atitudes diante das diferentes situações vivenciadas; assume responsabilidade delegadas, entre outros).

VI. ÁREA MOTORA: O aluno deve apresentar apropriação e conhecimento das potencialidades corporais no desenvolvimento de atividades de expressão corporal como: coordenação global dinâmica e estática; coordenação motora fina; postura: sentar, andar, entre outros; apresenta agitação motora; tiques motores, entre outros; autoconhecimento: identificação do corpo e de suas partes e uso do corpo para exprimir emoções.

_____, _____
(Local e data)

ANEXO H - ESCALA OPTOMÉTRICA DECIMAL DE SNELLEN - (“E” Mágico)

A criança não precisa saber ler, para executar este teste, deve ser apresentado mais ou menos a 6 metros de distância. A criança tem que apontar ou falar para que lado o “E” está virado.

É aplicado normalmente na idade escolar.

Tampa-se um olho da criança com um papel, depois o outro.

Este teste tem a finalidade de medir a acuidade visual em ambos os olhos.

Observações durante a avaliação:

	Não observado	Observado
Se a criança inclina a cabeça		
Se a criança vira a cabeça para o lado		
Se os olhos da criança estão lacrimejantes.		
Se a criança franze a testa ou aperta os olhos		
Se a criança fecha um olho		
Se a criança pisca muito		

Sintomas físicos:

	Não observado	observado
Se existe acúmulo de secreção nos cílios		
Se os olhos estão inchados (conjuntivite)		
Se as pálpebras estão inflamadas ou vermelhas		
Falta coordenação na focalização dos olhos (direcionamento)		
Sensibilidade anormal à luz		

Comportamentos e reclamações:

	Não observado	observado
Esfrega os olhos constantemente		
Tenta melhorar a imagem		
Nistagmo		
Se a criança reclama se os olhos estão queimando ou coçando		

Quando a criança está olhando para objetos distantes:

	Não observado	observado
Se a criança fica com o corpo tenso ou bem rígido		
Se existe contorções no rosto na tentativa de enxergar melhor		
Se a criança lança a cabeça para a frente		

Quando a criança está lendo:

	Não observado	observado
Se pisca continuamente		
Se segura o livro perto demais		
Se segura o livro longe demais		
Se está sempre mudando o livro de posição		
Se é desanimada à leitura		
Se cansa muito durante a leitura		
Se cobre um olho com a mão		
Se inclina sua cabeça		
Se substitui letras parecidas		
Se apresenta tendências de perder-se nos parágrafos		

Observação: Qualquer destas trocas pode ser por problemas de acuidade visual:

o – a
h – n
e – ç
n – m
f – t

ACUIDADE VISUAL - Escala Optométrica Decimal de Snellen

Aplicação:

A escala Optométrica Decimal deve estar colocada a 5 metros do examinando.

Deve-se fazer verificação separadamente para cada olho, cobrindo-se o que não está sendo examinando.

Pode-se usar a luz do dia ou artificial, para iluminar a Escala. Empregando-se a luz do sol, pendura-se a Escala em ponto oposto a uma janela, ao nível dos olhos do examinando e este é colocado de costas para a janela.

O examinando deverá indicar para qual lado está virado às pernas da letra “E”, até o mínimo tamanho que o faça com segurança, um olho de cada vez e depois ambos.

O examinador deve marcar a acuidade visual do O. D / O. E / A. O. em uma ficha.

ANEXO I - DISCRIMINAÇÃO AUDITIVA

NOME: _____

DATA DE NASCIMENTO: _____ IDADE: _____

DATA DA APLICAÇÃO: _____

DISCRIMINAÇÃO AUDITIVA							
		IGUAL	DIFERENTE			IGUAL	DIFERENTE
01	pato bato			14	tito dito		
02	faca vaca			15	pano mano		
03	mata mata			16	tato pato		
04	tela dela			17	praga traga		
05	zinco cinco			18	pinta tinta		
06	zelo gelo			19	pente dente		
07	malha malha			20	ponta tonta		
08	bola gola			21	feto teto		
09	mera fera			22	dela dela		
10	banha manha			23	gato cato		
11	cela zela			24	queijo queixo		
12	mela nela			25	selo gelo		
13	seio cheio						

% de acertos				
25	100%	Padrão de normalidade	11	44%
24	96%		10	40%
23	92%		09	36%
22	88%		08	32%
21	84%		07	28%
20	80%		06	24%
19	76%		05	20%
18	72%		04	16%
17	68%		03	12%
16	64%		02	08%
15	60%		01	04%
14	56%			
13	52%			
12	48%			

➤ **Correção:**

Nº de acertos		%		A percentagem de acertos que é compatível com a normalidade é de 88%.	Suspender o teste caso o aluno não consiga obter a % mínima de acertos.
Nº de erros		%			

➤ **TIPOS DE ERROS QUE OCORRERAM:**

ANEXO J - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO PSICOEDUCACIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR

I. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

NRE: _____ Município: _____

Estabelecimento de Ensino: _____

Nome: _____

Data de nascimento: ____/____/____ Idade: _____

Série/Ano: _____ Turno: _____ Repetência(s): _____

Filiação: _____

_____ Data

da Avaliação: ____/____/____

Avaliadores(es): _____

• SÍNTESE DAS ÁREAS AVALIADAS:

a) Instrumentos - Correlacionar os dados significativos registrado nos instrumentos:

- Ficha de Referência Pedagógica;
- Entrevista com os Pais ou Responsáveis;
- Ficha de Interesse Social;
- Análise da produção do aluno (material escolar);
- Testes formais e informais.

b) Áreas do Desenvolvimento e Conhecimento:

Sintetizar o desempenho apresentado pelo aluno em todas as áreas avaliadas. Sempre iniciar pelos pontos positivos e pelas potencialidades e posteriormente descrever as dificuldades apresentadas:

- **Áreas do desenvolvimento** psicomotor, cognitivo, linguagem, socioafetivo.
- **Áreas do conhecimento** (aquisição da língua oral, escrita, linguagem expressiva e receptiva, interpretação, produção e conceitos/conteúdos matemáticos).

c) Outros dados relevantes

- Conhecimentos tácitos (prévios) que o aluno manifesta na sala de aula, assim como as dificuldades/necessidades individuais, em relação aos novos conteúdos de aprendizagem.
- Estratégias e recursos de aprendizagem utilizados pelo aluno (estilos, forma como enfrenta as situações de aprendizagem)
- Metodologia utilizada pelo professor nas intervenções pedagógicas em sala de aula (planejamento e aplicação de novas estratégias de ensino).
- Observações do comportamento apresentado no contexto escolar.
- Informações fornecidas pelos professores das diversas disciplinas com relação aos conhecimentos acadêmicos do aluno.

Observações:

- Descrever todas as observações do comportamento apresentado pelo aluno durante todo o processo avaliativo. Levar em conta os comportamentos mais frequentes, tanto no aspecto positivo como negativo.
- Procurar usar linguagem clara e objetiva, não deixando margem para dúvidas ou duplas interpretações.
- Não usar siglas, terminologias técnicas ou de difícil compreensão, caso se faça necessário, colocar o significado entre parênteses.
- TODOS OS INSTRUMENTOS que foram utilizados deverão ser descritos no seu **aspecto qualitativo**. No caso de uso de testes formais devem ser especificados os objetivos/finalidades.

III. SUGESTÕES DE INTERVENÇÃO:

Este tópico diz respeito às ações a serem desenvolvidas pelo professor, considerando que aqui se estabelecerá as diretrizes para a ação docente em relação ao trabalho pedagógico a ser desenvolvido com este aluno, após a avaliação.

Todas as dificuldades levantadas no processo avaliativo deverão conter sugestões/orientações de trabalho/atividades a serem desenvolvidas pelo professor. Estas orientações deverão estar dentro das possibilidades de realização do trabalho do professor, da escola e da família.

IV. ENCAMINHAMENTOS:

Sugerir os atendimentos e recursos que se fizerem necessários para atendimento do avaliando:

- Pedagógico: classe comum com orientação para o professor; classe comum com Sala de Apoio ou solicitação de complementação da Avaliação Psicoeducacional no Contexto Escolar com equipe externa.
- Outros: médico, psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, conselho tutelar, cursos profissionalizantes oferecidos na comunidade, guarda mirim, entre outros.

V. OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES:

Descrever neste campo as considerações que ainda se fizerem necessárias.

OBS.:

Lembrar de colocar no relatório a identificação dos profissionais que realizaram a avaliação (nome completo, assinatura, função e data) bem como, rubricar todas as páginas.

ANEXO K - SUGESTÃO DE ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS EM RELAÇÃO
AO PROFESSOR EM SALA DE AULA

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO EDUCACIONAL
CENTRO ESTADUAL DE AVALIAÇÃO E ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA

NOME DO PROFESSOR: _____

DATA: _____

ESCOLA: _____

TURMA: _____ PERÍODO: _____

OBSERVADORES: _____

**SUGESTÃO DE ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS EM RELAÇÃO AO
PROFESSOR EM SALA DE AULA**

Observar se o professor:

- Interage com todos os alunos, comunicando-se de maneira clara e precisa, tendo domínio dos conteúdos trabalhados;
- Trabalha com toda a classe, com grupos e com acompanhamento individual;
- Possibilita nos trabalhos de grupos, a discussão das regras, para que haja respeito e organização;
- Respeita o ritmo dos alunos, o que não significa deixá-los caminhar sozinhos, mas procura compreender seus processos de aprendizagem;
- Observa, discute e registra os progressos e as dúvidas dos alunos, com relação às descobertas feitas durante as atividades;
- Desenvolve em classe, um clima de cooperação e respeito pelo outro, o que promoverá a integração entre os alunos e a superação das dificuldades da aprendizagem;

- Apresenta situações motivadoras que garantam a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem;
- Preocupa-se em valorizar os acertos dos alunos, incentivando-os na continuidade do trabalho, promovendo sua autoestima;
- Elimina ou diminui os fatores inibidores que dificultam ou bloqueiam a aprendizagem, introduzindo reforços positivos que permitam aos alunos alcançar o rendimento previsto;
- Promove as necessárias adaptações às condições da comunidade, escola, dos níveis de ensino, da classe e da aula, permeando as particularidades dos alunos, mostrando-se flexível;
- Integra os conteúdos de ensino, visualizando-as como um todo unitário, convergindo suas diferentes unidades para um mesmo propósito;
- Realiza atividades leves, diversificadas e repetitivas, sendo estas, apresentadas em sequência lógica e graduadas em pequenos passos, de forma a garantir o desenvolvimento eficiente da aprendizagem;
- Possibilita o desenvolvimento das áreas defasadas, aproveitando ao máximo o potencial dos alunos, tornando o ensino mais efetivo possível;
- Permite ao aluno passar das experiências conhecidas para as desconhecidas, de forma que este a transfira para situações novas, reforçando as habilidades desenvolvidas no processo;
- Favorece situações de ensino que envolve raciocínio e criatividade, incentivando os alunos a participarem ativamente das atividades, expondo seus pontos de vista, suas dúvidas e descobertas, propondo soluções;
- Proporciona a participação ativa dos alunos, estimulando o desenvolvimento do pensamento e atitudes
- Evita o desgaste de autoridade, não melindrando os alunos com repreensões humilhantes, ironias, chantagens, apelidos, pejorativos ou alusões deprimentes. Ex: (tipo de roupa, utilização de brincos, cortes de cabelos, entre outros);
- Tenta resolver os problemas que possam surgir na sala de aula, recorrendo aos superiores somente quando houver real necessidade;
- Repreende publicamente os alunos, ou a turma toda pela falta cometida por um dos alunos.

- Permanece em sala de aula, atendendo igualmente a todos os alunos, proporcionando um ambiente tranquilo, acolhedor e de liberdade.
- Corrige as tarefas com os alunos em sala de aula.
- Demonstra domínio do assunto da aula
- Seleciona técnicas de acordo com os objetivos e o conteúdo do programa
- Comunica-se com precisão e clareza
- Demonstra naturalidade e confiança
- Esclarece o aluno no momento em que ele apresenta dúvida

APÊNDICES

Apêndice 1 - Modelo para a conferência documental

MODELO DE DOCUMENTO PARA CONFERENCIA DA AVALIAÇÃO PSICOEDUCACIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR

NRE: _____ Município: _____

Estabelecimento de Ensino: _____

Nome: _____

Data de nascimento: ____/____/____ Idade: _____

Série/Ano: _____ Turno: _____ Repetência(s): _____

Filiação: _____

Data: ____/____/____

Nº	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	DATA DE CONCLUSÃO	RESPONSÁVEIS
1	DOCUMENTAÇÃO DA ESCOLA		__/__/__	_____
2	DOCUMENTAÇÃO DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS		__/__/__	_____
3	DOCUMENTOS DO ALUNO		__/__/__	_____
4	HISTÓRICO ESCOLAR DO ALUNO		__/__/__	_____
5	ENTREVISTA COM OS PAIS OU RESPONSÁVEIS		__/__/__	_____
6	IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES EDUCACIONAIS		__/__/__	_____
7	FICHA DE INTERESSE SOCIAL		__/__/__	_____
8	ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS DO ALUNO		__/__/__	_____
9	OBSERVAÇÃO DO MATERIAL ESCOLAR		__/__/__	_____
10	ÁREAS DO DESENVOLVIMENTO		__/__/__	_____
11	ESCALA OPTOMÉTRICA DECIMAL DE SNELLEN		__/__/__	_____
12	DISCRIMINAÇÃO AUDITIVA		__/__/__	_____
13	ANÁLISE METODOLÓGICA DO ENSINO REGULAR		__/__/__	_____

AVALIAÇÃO	DATA DE CONCLUSÃO	RESPONSÁVEIS
AVALIAÇÃO PSICOEDUCACIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR	__/__/__	_____

Nº	ATESTADOS COMPLEMENTARES	DATA	RESPONSÁVEIS
1	_____	__/__/__	_____
2	_____	__/__/__	_____
3	_____	__/__/__	_____
4	_____	__/__/__	_____
5	_____	__/__/__	_____

OBSERVAÇÕES:

LEGENDA SITUAÇÃO

NC	NÃO CONCLUÍDO
EA	EM ANDAMENTO
CONC	CONCLUÍDO